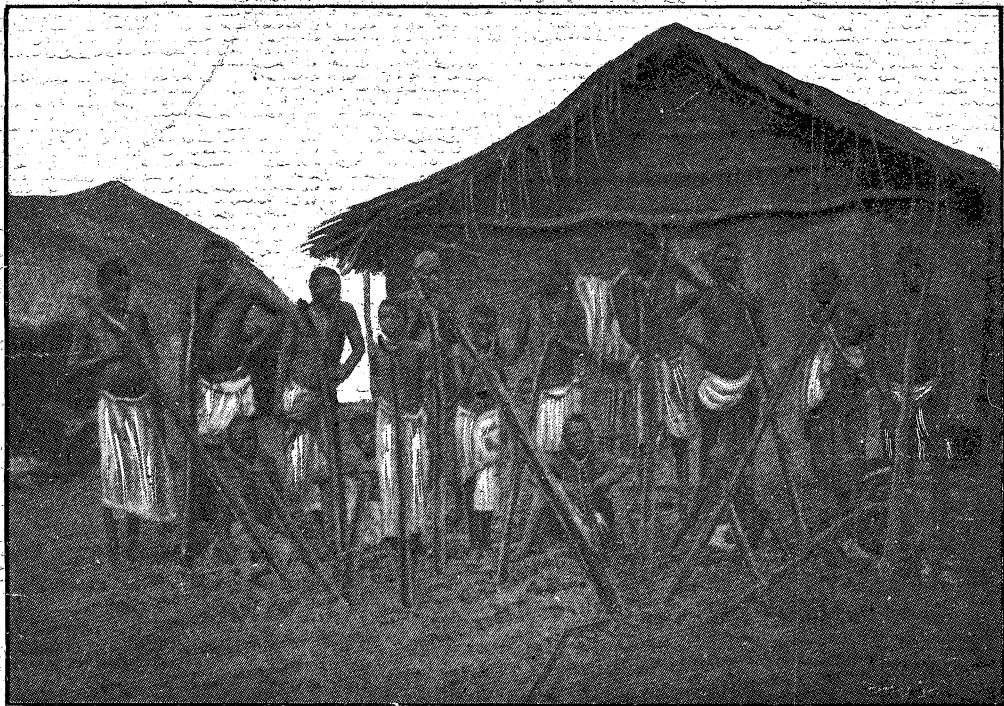


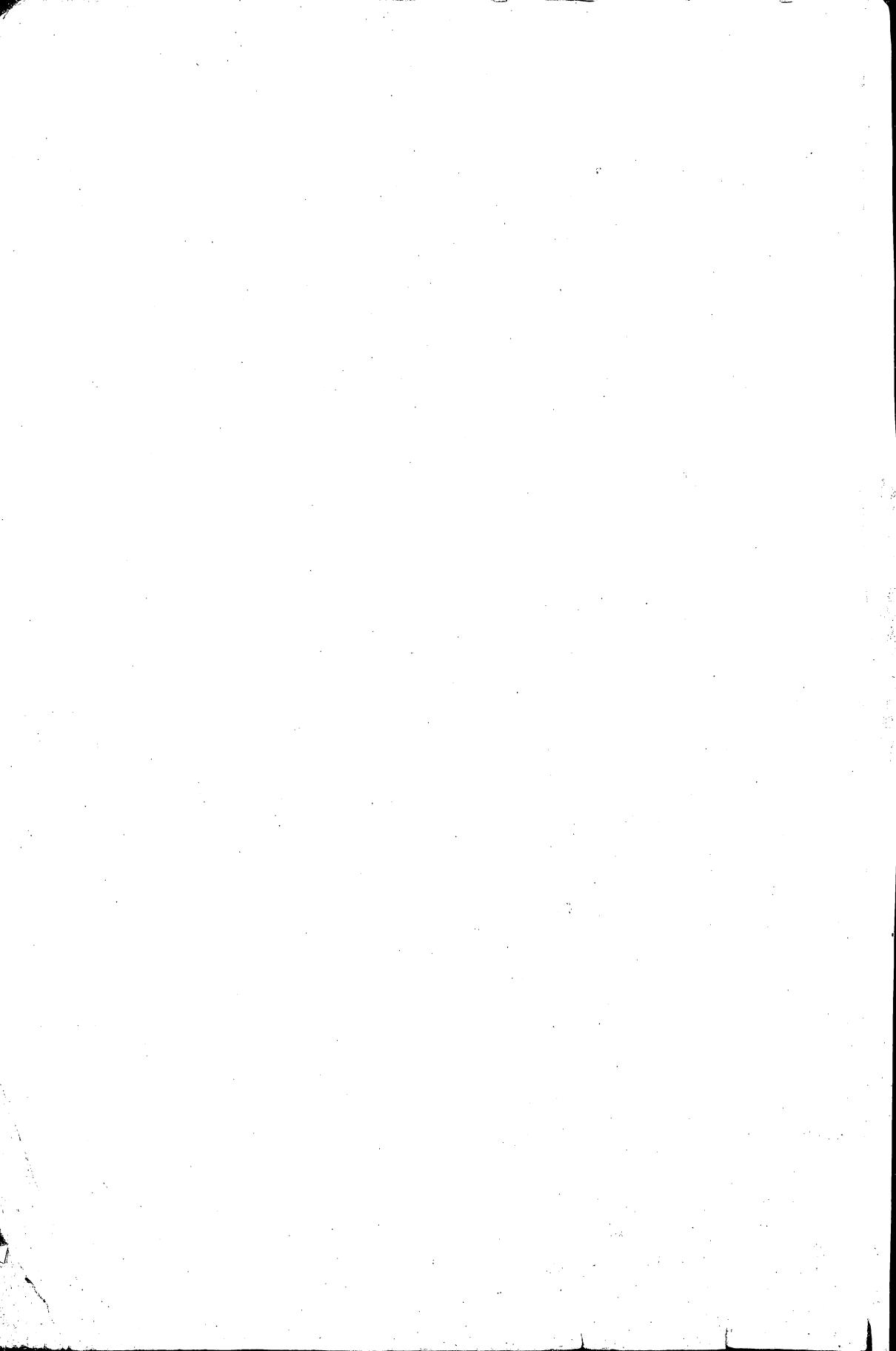
# Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



nº 3

ABRIL DE 1988





E	Arq.
Nº	PP995
Cota	

arquivo

Boletim Semestral do  
Arquivo Histórico de Moçambique

SUMÁRIO

Apresentação	3
O tráfico da escravatura nas costas de Moçambique em 1902, por José Capela	5
Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da história de Moçambique. I: Yohana Barnaba Abdallah (c.1870-1924) e a Missão de Unango, por G.Liesegang	12
O Instituto dos Cereais de Moçambique e a cultura do milho (1961-1975), por Manuel Lemos	35
Notas para a história da radiofusão em Moçambique: o caso do Rádio Clube de Moçambique (1933-1973), por Pedro Roque	47
Acervo	61
Noticiário	67

Na capa: Grupo de escravos libertados em Simuco  
(ver o artigo O Tráfico da Escravatura nas Costas de Moçambique em 1902).

## arquivo

Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique  
Universidade Eduardo Mondlane

Diretor: Inês Nogueira da Costa  
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/PUB 87  
Nº 3, Abril de 1988

## **APRESENTAÇÃO**

Não é sem algum esforço que o Arquivo Histórico de Moçambique tem procurado manter a regularidade de publicação do seu Boletim, dadas as inúmeras tarefas a que tem que dar resposta.

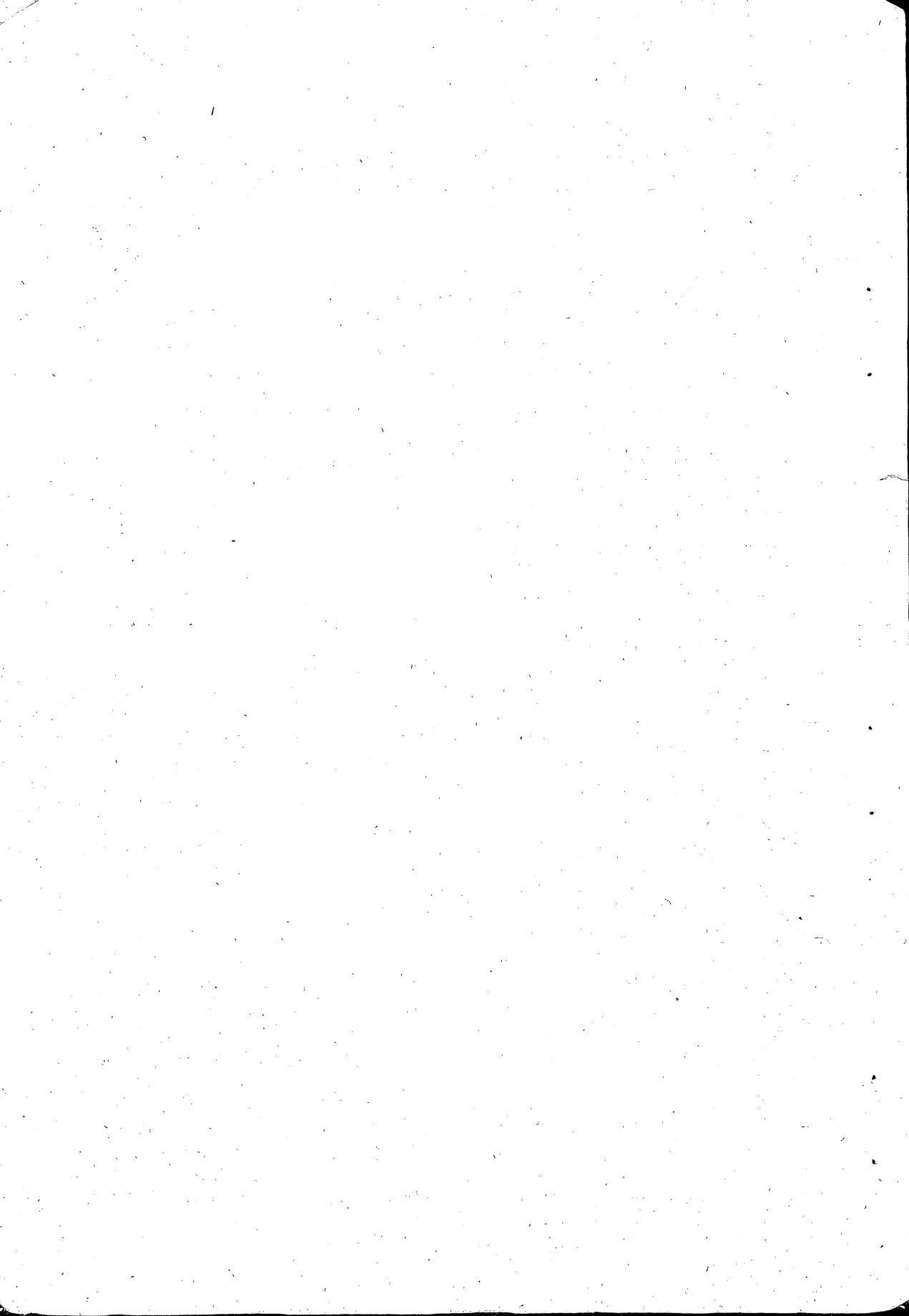
É, no entanto, um esforço livremente aceite, na medida em que estamos certos da importância não só da divulgação histórica que o Boletim realiza através dos seus diversos artigos, por um lado, mas também da informação que ele presta sobre a documentação que se encontra em nosso poder, essencial para o prosseguimento da investigação sobre a nossa História.

Neste número apresentamos trabalhos sobre temas diversificados mas que julgamos de interesse: O tráfico da escravatura nas costas de Moçambique no início do século; o Instituto dos Cereais e a cultura do milho em Moçambique na época colonial; a criação do Rádio Clube de Moçambique e o seu crescimento até à década de 70, a propósito do aniversário da Rádio Moçambique. Além disso, iniciamos neste número uma pequena série de biografias de autores de fontes históricas e narrativas da nossa história, começando por Yohana B. Abdallah, cujo livro em breve publicaremos.

Finalmente, apresentamos as habituais rubricas Noticiário e Acervo, onde damos conta do que vai acontecendo na nossa instituição, assim como dos progressos do nosso trabalho.

Esperamos que o leitor encontre aqui motivos de interesse e que, cada vez mais, considere as coisas da nossa História como suas.

Inês Nogueira da Costa



O TRÁFICO DA ESCRAVATURA  
NAS COSTAS DE MOÇAMBIQUE, EM 1902

José Capel

O tráfico de escravos da costa de Moçambique para o Índico precedeu, de longa data, o tráfico transatlântico que só aí chegou em meados do século XVII. Quando este entrou em vias de extinção passou a evidenciar-se o grande tráfico, há muito existente, operado por árabes, em pangaios.

Em 1843, constatava-se que os traficantes de escravos, para fugirem à fiscalização, se tinham fixado em certos pontos de Madagascar, onde carregavam os escravos idos das costas de Moçambique, em pangaios. Mas estes carregamentos ainda tinham as Américas como destino final<sup>1</sup>. O número de pangaios envolvidos era considerado de "enorme"<sup>2</sup>. Em terra de Moçambique, Mouros e Mujojos<sup>3</sup> seduziam ou roubavam os escravos dos moradores para tal tráfico<sup>4</sup>. Foi o facto de toda a costa andar infestada de pangaios de Mouros e de Mujojos a carregar escravos que levou o governador-geral de Moçambique a autorizar os comandantes dos brigues ingleses "Helena" e "Sapho" a entrar em todas as baías, enseadas, rios e mais portos<sup>5</sup>. A quantidade de fazendas introduzidas, de contrabando, pelos pangaios, nomeadamente pelos de Zanzibar, nos portos de Moçambique, era de tal ordem que, juntamente com a perda de direitos nos artigos exportados, se considerava a Alfândega lesada em um terço do seu rendimento. Além de o baixo preço dos artigos entrados estar a arruinar os comerciantes<sup>6</sup>. Nesse ano de 1848, o tráfico de escravos de Cabo Delgado para Zanzibar era intenso e fácil, dada a falta de policiamento nas ilhas<sup>7</sup>.

Entretanto, os árabes, tendo penetrado e maometanizado o povo ajaua, encontraram nestes comerciantes do interior colaboradores magníficos para o desvio das rotas comerciais. As caravanias comerciais que, do Alto Zambeze, e dos Lagos, antes, se encaminhavam para Tete e para Quelimane, em meados do século, estavam a dirigir-se para os portos mais ao Norte, fora de qualquer jurisdição portuguesa, e daí para Zanzibar<sup>8</sup>. De 1834 a 1859 nenhuns Muizas apareceram em Tete a comerciar<sup>9</sup>. Pouco tempo depois, Mujojos e Mouros de Zanzibar trocavam fazendas baratas por escravos, acima do Zumbo<sup>10</sup>.

Mais tarde, quando estava iminente a liberdade total pa-

ra os libertos, alguns proprietários passaram a vender estes mesmos aos Mujojos que os levavam para Madagascar<sup>11</sup>.

No último quartel do século, o tráfego de escravos pelos Mujojos generalizou-se, na costa de Moçambique, ao norte de Quelimane. Um relatório do governador-geral<sup>12</sup> deixava claro que esse tráfico se estendia pelos distritos de Cabo Delgado, Moçambique e Angoche, em cujas costas proliferavam os esteiros, refúgio fácil para os pangaios. Portos principais em tal tráfico eram os situados na região de Quivolane, isto é, na porção de costa que se estendia da baía de Mocambo à ponta do Mogincual, compreendendo os rios Infusse e Quissimanju lo; e da baía de Sangage à de Moma, entre Angoche e o rio Qui zungo (Moniga actual), já próximo de Quelimane.

No norte, os escravos eram conduzidos do interior para a povoação de um tal Amade Sumane, no extremo da baía de Tungue, onde ficavam a aguardar os pangaios que os levariam a Quionga, Quíloa, Matenguindane e Ntucar, território do Sultão de Zanzibar. A maioria dos negreiros era de Mujojos de Zanzibar e de Madagascar. Chegavam com os pangaios trazendo gado bovino e caprino. Depois de desembarcado este, legalmente, nos portos, faziam-se ao largo e, de noite, entravam nos esteiros que conheciam perfeitamente. Aos escravos, destinados a Zanzibar iam desembarcá-los na contra-costa da grande ilha, onde seriam reembarcados para o destino. Os que iam para Madagascar atravessavam o canal na sua parte mais estreita, em 24 horas. Estes teriam como destino final as plantações de Bourbon ou de outras ilhas, mediante um simulacro de contrato.

Nos anos oitenta, caravanas de Ajauas estavam a conduzir grande número de escravos das imediações do Lago Niaassa para vários pontos da costa, nomeadamente Quelimane e Quiçanga<sup>13</sup>. Azevedo Coutinho enfrentou Mujojos armados que faziam escravatura tanto na costa, no Infusse, como no interior das terras Macua-Lómùè, na zona de Milange<sup>14</sup>.

Em 1881, o Sultão de Zanzibar dispunha de uma alfândega em Tungue. De locais como Samuco e Lurio, sem autoridade portuguesa, saíam e entravam, amiudadamente, barcos<sup>15</sup>.

Entrou-se, assim, na década de noventa, mantendo-se se não intensificando-se o movimento comercial de que eram agentes principais Mujojos e Ajauas actuando desde o Alto Niassa e da Alta Zambézia até aos vários pontos da costa<sup>16</sup>. No Alto Zambeze, mais propriamente no Zumbo, as mortes sucessivas de vários missionários jesuitas, por envenenamento, foram atribuídas aos negreiros cujo tráfico aqueles missionários combatiam<sup>17</sup>.

Na viragem do século, esse tipo de tráfico de escravos prosseguia em grandes proporções. Dispomos de uma descrição pormenorizada de como se processava, no Relatório do Comandante interino da Divisão Naval do Índico, António d'Almeida Lima. Este relatório tem a data de 15 de Maio de 1902 e destinava-se ao Consul-Geral de Portugal em Zanzibar a quem seria enviado de harmonia com as disposições do Acto da Conferência de Bruxelas que mandavam prestar toda a informação à Comissão Internacional de Informação estabelecida naquela Ilha. Parece não ter sido remetido ao seu destino inicial, pois o exemplar consultado do Arquivo Histórico de Moçambique<sup>18</sup> tem anotado no frontespício "Não vae".

O comandante dividia o tráfico em dois grupos: grande e pequena escravatura.

A grande escravatura —prosegue o relatório— era a do tráfico feito pelos barcos que iam à costa de Moçambique carregar-se totalmente de escravos. Como meios de pagamento, utilizavam artigos de consumo normais, pólvora e armas de fogo, tudo de contrabando. Os negreiros estavam organizados em associações poderosas, com agentes e mandatários em Bombaim, Zanzibar e Mascate.

Quase todas as embarcações, exceptuando as indianas, faziam escala em Zanzibar. Aí se forneciam de fazendas e dos documentos que garantiam perfeita legalidade à derrota. Este facto inutilizava a fiscalização e esta apenas servia para aumentar o grau de barbaridade do transporte dos escravos. Amontoados no porão, sem possibilidade de dar indicações ao oficial visitador, este nada podia fazer. No regresso, o barco passava ao largo da Ilha de Zanzibar e ia a Mascate onde encontrava todas as facilidades para colocação das escravaturas transportadas.

Os negreiros estavam submetidos a uma organização militar com chefes dispostos de todos os poderes. Actuavam em dois grupos, um ao norte e outro ao sul da Ilha de Moçambique. Segundo o comandante naval, a área de actuação era limitada, ao norte, pelo Ibo e, ao sul, pelo rio Tejungo. Os negociantes índios estabelecidos no terreno, na sua grande maioria, eram cúmplices. Os negreiros cultivavam a simpatia dos regulares mais poderosos e estabeleciaam povoações próprias que defendiam com armas na mão. Aí se estabeleciaam comerciantes asiáticos e se fixavam negreiros. Continuavam a frequentar os rios estreitos e esteiros ocultos, inacessíveis às lanchas e canhoneiras de fiscalização, onde estavam em vantagem sobre pequenas forças mandadas em sua perseguição.

Forças armadas portuguesas desembarcadas no Naburi en-

contraram uma resistência organizada, em povoação fortificada, de negreiros. O local escolhido para a povoação era apropriado. A barra do rio de defesa fácil e a povoação, a montante, numa ilha cercada a toda a volta por matagal impenetrável. Na troca de tiros que se verificou os negreiros denunciaram certa orientação militar. Na povoação abandonada, foi encontrado um arsenal de cabos, amarras, ancoretas, mastros, vergas e petrechos para reparação de barcos. Pangaios dias antes bem à vista tinham-se ocultado no mangal de tal maneira que foi necessária a ajuda de pessoas do local para os encontrar. Os negreiros instalados na povoação seriam em número de cinquenta a sessenta. Eram auxiliados por forças numerosas fornecidas por um chefe. Entre as forças dos negreiros estavam dezassete homens da tripulação de um pangaio, "Amnidallak", que, em Março de 1901, a canhoneira "Chaimite" viu sitar na costa entre as ilhas de Moma e Caldeira e que tinha sido despachado de Zanzibar para Madagascar, conforme os papéis de bordo. O desvio da derrota era tal que tornava o pangaio mais que suspeito. Mas os papéis legalizados pelo consulado de França em Zanzibar estavam perfeitamente em regra pelo que o comandante da "Chaimite" deixou seguir o pangaio. De facto, o "Amnidallak" destinava-se a Naburi e naufragou à entrada da barra. A tripulação salva juntou-se aos negreiros que já lá estavam, comprometendo-se a actuar contra as forças portuguesas se estas os fossem atacar. O comandante naval foi informado de que eram esperados em Naburi vários pangaios provenientes da Índia. Um deles artilhado, ansiosamente aguardado pelos negreiros. Passado pouco tempo, apareceu um pangaio que foi sujeito à visita da fiscalização depois de ter tentado fugir. Dispunha de papéis regularíssimos que denunciavam chamar-se "Salimate" e estava armado com quatro peças de pequeno calibre. Correspondia perfeitamente ao pangaio anunciado. Foi processado somente pelo porte ilegal de bandeira quando era certo dirigir-se a Naburi para o tráfico de escravatura.

De Naburi as forças da Divisão Naval dirigiram-se para Simuco, onde entraram no porto interior. Neste desaguavam dois esteiros. Sabia-se que no do Norte se ocultavam pangaios. Apa receram cento e oitenta negreiros armados a oferecerem a rendição com a condição da entrega imediata de escravos e fazendas, mas também da saída livre dos pangaios e suas guarnições. Esta proposta não passou do intermediário e os negreiros acederam à entrega imediata de 725 escravos em seu poder, incluindo homens, mulheres e crianças, barbarmente amarrados. Foram aprisionados 114 negreiros e muitos foram mortos pela população, quando tentavam fugir. Foi igualmente pre-



Mapuita Muno, prisioneiro.

so o régulo Mapuita Muno, colaborador dos negreiros. Dois pangaios arvoravam a bandeira francesa e os restantes a bandeira vermelha de Mascate.

Embarcações havia tripuladas por naturais das Ilhas Comores que prosseguiam no tráfico da escravatura feito cumulativamente com a pirataria no mar. Um pangaio fora aprisionado pelo posto militar de Moma. Este pangaio fora ai parar astuciosamente conduzido por dois prisioneiros que a tripulação fizera frente à baía da Condúcia. Os negreiros não conheciam a costa e mandaram aos prisioneiros que os levasssem a um porto aonde não houvesse brancos. Os prisioneiros tiveram a sorte de os conduzir até mesmo frente ao posto. Dos poucos géneros a bordo se concluía contarem obter escravos de graça. Não dispunham de armas de fogo, somente de armas brancas para toda a tripulação. Parecia ser esta a forma como os negreiros entravam no tráfico, realizando os capitais que lhes permitiam abalancar-se a empresas de maior vulto.

Pequena escravatura seria aquela a que se entregavam os barcos especialmente empregados no contrabando de mercadorias. Os escravos podiam ser género de permuta mas não constituíam o todo dos carregamentos. Os escravos só embarcavam pouco antes da partida. Este tipo de escravatura fazia-se para

o norte do Ibo. As disposições do Acto Geral de Bruxelas não favoreciam o combate a tal género de tráfico. Raro seria o pangaio a caminho de Mascate que não levasse algum escravo.

Dos 127 negreiros aprisionados em Naburi e Samuco, em Fevereiro e Março de 1902, 115 foram postos à disposição da autoridade. Os 12 em falta faleceram no hospital. Instaurado o processo crime, libertados menores e outros, 68 foram submetidos a julgamento e todos condenados, por sentença de 7 de Setembro de 1903, pelo crime de tráfico de escravatura, na pena de 25 anos de degredo na África Ocidental. Embarcaram para o degredo, no vapor "Zaire", 66 árabes do sultanato de Mascate e dois naturais da região de Samucô<sup>19</sup>.

#### NOTAS

- 1 Arquivo Histórico Ultramarino, Sala 12, Pasta 9, Capilha 5, do governador-geral para ministro, 28 de Abril de 1845.
- 2 Idem, 16 de Maio de 1845.
- 3 Mujojo (pl.-Ajojo) - Designação por que eram conhecidos, no norte de Moçambique, os maometanos traficantes de escravos.
- 4 Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Códice 11-183, fls. 117vs., do governador-geral para ministro, 18 de Maio de 1845.
- 5 AHM, Idem, fls. 120 vs., do governador-geral para comandantes ingleses, 7 de Maio de 1845. A autorização foi mandada cessar pelo governo de Lisboa a 9 de Dezembro e esta ordemposta em prática pelo governador-geral a 2 de Junho de 1846. Idem, fls. 204 vs.
- 6 AHU, Sala 12, Pasta 11, Capilha 1, do governador-geral para ministro, 20 de Abril de 1848.
- 7 AHM, Códice 11-2395.
- 8 AHM, Códice 11-275, fls. 41, Instruções do governador-geral para governador de Quelimane e Rios de Sena, 10 de Maio de 1858.
- 9 Boletim Oficial (B.O.) nº 13, 31 de Março de 1860.
- 10 B.O. nº 33, 14 de Agosto de 1863.
- 11 AHM, Códice 11-24, fls. 56, 16 de Setembro de 1875.
- 12 AHM, Governo-Geral, Cx.147, Mç.2, nº 58, do capitão-mor das Terras Firmes para secretário-geral, 19 de Outubro de 1877; Códice 11-52, fls.395, do governador-geral para ministro do Ultramar, 3 de Julho de 1878.
- 13 AHM, Governo-Geral, Cx. 26, Mç.1, nº 3, do cônsul britânico para o governador-geral, 2 de Fevereiro de 1880; Governo do Distrito de Quelimane, Cx. 43, Mç. 5 (1) nº9, do arrendatário do prazo Boror para governador de Quelimane, 6 de Setembro de 1881 e Códice 11-1901, fls. 97 vs., do secretário do governo de Cabo Delgado para comandante das forças em Quiçanga, 28 de Setembro de 1881.
- 14 João de Azevedo Coutinho, Memórias de Um Velho Marinheiro, Lisboa, 1941, págs. 61 e 163.
- 15 AHM, Códice 11-241, fls. 136, acta da sessão do Conselho do Governo, 1 de Setembro de 1881.

- 16 AHM, Gov.-Ger., Cx. 26, Mc.2, nº 18, do cônsul inglês para governador-geral, 30 de Junho de 1892; Governo do Distrito de Quelimane, Cx. 43, Mc. 5(3), nº 14, do administrador do Prazo Boror para governador de Quelimane, 24 de Julho de 1892; Clamor Africano, 21 de Maio de 1892.
- 17 R.P. Merleau, S.J., La Mission du Bas-Zambéze de 1890 à 1895 in "Les Missions Catholiques", XXVIII (1896).
- 18 AHM, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, Secção A, Diversos, Cx.3 - Processo, Apresamento de Pangaios em Naburi, 1902.
- 19 Idem, do governador-geral para ministro, 10 de Novembro de 1903.

ACHEGAS PARA O ESTUDO DAS BIOGRAFIAS DE AUTORES  
DE FONTES NARRATIVAS E OUTROS DOCUMENTOS  
DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE, I:

YOHANA BARNABA ABDALLAH  
(ca. 1870-1924) E A MISSÃO DE UNANGO

Gerhard Liesegang<sup>1</sup>  
com uma contribuição de João Guilherme Sululo<sup>2</sup>

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificação do estudo da biografia de autor de fontes narrativas ou outros documentos.

Uma fonte narrativa é uma fonte quer escrita (publicada ou não), quer oral, que informa, em forma de relatório, descrição geográfica, etnográfica, ou ainda narração cronológica, sobre reinos históricos, campanhas, recursos e instituições dos habitantes de certas áreas, etc. Pode distinguir-se de breves notificações, ordens de pagamento, estatísticas, registos (de baptismos, de barcos, etc.), e outros documentos que fornecem informações pontuais. As fontes narrativas começam a ter importância para a história de Moçambique a partir de meados do século XV. Utilizando como principais critérios o conteúdo, a forma, actividade e posição social e cultural do autor, podemos distinguir pelo menos quinze grupos diferentes de fontes narrativas entre cerca de 1480<sup>3</sup> e o presente. Algumas destas fontes, como por exemplo as crónicas da expansão portuguesa (dos séculos XVI e XVII), os relatórios anuais dos governadores coloniais (dos finais do século XIX até cerca de 1971), as "memórias" dos séculos XVIII e XIX, e os escritos dos primeiros autores africanos (no século XX), caracterizam estágios na trajectória histórica do povo moçambicano.

\* A vantagem das fontes narrativas é que possuem um grande número de informações já coordenadas. A desvantagem é que a imagem da sociedade que transmitem reflecte maioritariamente pontos de vista do grupo dominante na estrutura social. Devido a este facto, os historiadores têm procurado estudar, já desde há bastante tempo, a biografia dos autores e as condições e datas nas quais surge uma fonte narrativa. Isto permite, muitas vezes, perspectivar melhor a validade e o alcance de certas informações, e situá-las num contexto político e so-

cial. Todavia, não é de aceitar um determinismo absoluto desse posição social sobre a observação dos factos materiais e, por isso, a leitura da própria fonte e a comparação de diferentes descrições sobre o mesmo facto não devem ser menoscabadas.

¶ A segunda justificação para o estudo das biografias de autores de fontes da história moçambicana é que ele permite — como já foi dito — caracterizar certos estágios no percurso do povo moçambicano a caminho da formação de uma nação multi-étnica<sup>4</sup>. Nesse contexto, são importantes não só as fontes narrativas mas também as fontes literárias que documentam a existência da consciência de certos problemas, textos que exprimem alguma crítica social ou aspirações sociais. Literatura significa, no contexto moçambicano do século XX, não apenas textos publicados em revistas, jornais e livros, mas também certos textos de canções como "Xibhalo muni, Makhanda ne?", de um autor anónimo<sup>5</sup>, ou canções gravadas em discos, como por exemplo os de Daniel Marivate, que se referem a Moçambique e que, possivelmente, já tinham começado a ser gravados na década de vinte<sup>6</sup>, ou ainda a canção que Francisco Maieuane e Alberto Langa gravaram sobre o trabalho forcingo nas estradas e o administrador "Magwendere", do Chibuto. Devido à sua grande audiência nos meios africanos, os discos merecem tanta atenção como os textos de revistas e jornais, que se dirigiam a uma audiência diferente. É por isso que, nos anos 50, os discos em línguas africanas também aparecem na mira das autoridades coloniais<sup>7</sup>.

## 1.2. Sobre a escolha de autores

Há mais de uma centena de autores de fontes narrativas de grande importância para a história de Moçambique, mas não nos propomos escrever outros tantos artigos, por várias razões:

— Há muitos autores que já foram objecto de um estudo biográfico à base de documentos contemporâneos, como por exemplo A.C.P. Gaminho, F.J. de Lacerda e Almeida e a maior parte dos cronistas, estes geralmente em edições das suas obras<sup>8</sup>.

— Há outros que viveram juntos no mesmo meio, pelo que só se poderia escrever uma biografia colectiva.

— Há outros cuja biografia se deveria incluir na introdução a uma edição futura de uma obra sua<sup>9</sup>.

— Finalmente, há outros que viveram em meios que são de difícil acesso ou mal documentados, de maneira que se torna talvez preferível incluir diferentes autores num mesmo artigo historiográfico. Conta-se, neste caso, por exemplo, Aron S. Mukhombo (ca. 1890-1940), cujo trabalho, escrito em língua

tswa, contém várias características que nos levam a tratá-lo como proto-nacionalista. Igualmente difíceis de abordar são quase todos os autores de discos, embora talvez os especialistas ou as instituições especializadas pudessem contribuir com material importante<sup>10</sup>.

Neste contexto de limitações é que devemos situar a escolha de Abdallah e do padre Joaquim de Santa Rita Montanha (ca.1806-1871), este último a ser objecto do próximo artigo desta série. No caso de Rita-Montanha, o artigo dará a possibilidade de estudar a sociedade inhambanense de meados do século XIX, e as suas ligações com os estados africanos vizinhos e com a capital da colónia, em meados do século passado. Concorre para o presente estudo de Abdallah o facto de termos recentemente encontrado algumas fontes ainda não utilizadas por outros autores, e de estar próxima a segunda edição da tradução portuguesa da sua obra, feita por Terese Oliveira para as publicações do Arquivo Histórico de Moçambique.

## 2. YOHANA B.ABDALLAH (ca.1870-1924) E A HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL DOS YAO

### 2.1. A obra e algumas apreciações

O reverendo anglicano Yohana B.Abdallah é autor de um pequeno volume cujo título original, traduzido literalmente, significa "os tempos antigos entre os Yao", obra que foi impressa em 1919, juntamente com a sua tradução inglesa, da autoria do médico Meredith Sanderson, que também deve ser responsável pelo título inglês, mais curto, que é "The Yao" (Os Yaos)<sup>11</sup>. Não foi editada pela imprensa da missão anglicana, mas pela do governo da Niassalândia, em Zomba. Diz-se que o quinto bispo da Niassalândia, Cathrew Fisher, que esteve, de 1910 a 1929, na diocese de Likoma, à qual Abdallah pertencia, era hostil a publicações contendo descrições do país, apoiando, porém, publicações ligadas directamente à missão, como por exemplo as memórias do padre Augustine Ambali, escritas em 1915 ou 1916<sup>12</sup>.

O politólogo e historiador R.I.Rotberg classificou o trabalho de Abdallah de "exemplo precoce de uma historiografia afrocéntrica", e E.A.Alpers, especialista da história dos Yao, que escreveu um ensaio biográfico sobre Abdallah e utilizou a sua obra como fonte em vários trabalhos seus, também sublinhou a sua importância<sup>13</sup>. Quase todos os autores e investigadores portugueses que escreveram sobre o Niassa e os Yao utilizaram traduções da sua obra, que também deve ter influenciado a tradição oral.

Não se conhecem documentos que descrevam como, porquê e quando a obra foi redigida. E.A.Alpers, no seu ensaio, propõe que, depois de uma viagem de romaria à Palestina, em 1905, surgiu um vazio na vida de Abdallah, preenchido com um estudo sobre "os tempos que não voltam", estudo esse destinado aos próprios yao<sup>14</sup>. A isso poderíamos talvez juntar que o estacionamento do padre Eyre em Mtonya, em 1905, e a sua nomeação como arquidiácono responsável para a área Yao em 1906, "invadiu" a área de trabalho de Abdallah, devendo este último ter-se sentido, talvez, desautorizado<sup>15</sup>. (São, no entanto, incontestáveis os méritos do padre Eyre, que já em 1902 havia protestado junto da Companhia do Niassa a propósito de maus tratos infligidos a africanos, incluindo professores da missão e suas famílias, méritos esses que ainda em 1981 estavam bem vivos na tradição oral local<sup>16</sup>). Abdallah não chegou a entrar em conflito com a sua organização missionária, como aconteceu com Daudi Machina e Samuel Chiponde, dois dos seus colegas de estudo em Zanzibar. De facto, talvez a sua área de trabalho, onde actuava de forma quase independente, ainda fosse suficientemente grande. Como Abdallah insistia frequentemente no carácter especial dos Yao, é muito possível que, face às mudanças políticas e sociais que estava a observar, tivesse começado a reunir material sobre a sua história, como ele próprio afirma no prefácio datado "Unango, U.M.C.A., 1919". A apresentação das informações é extremamente densa e ele perde pouco tempo com a elaboração de detalhes. Isso poderia ser tomado como um indício de que o texto sofreu várias revisões por parte do autor. Mas há também outros indícios que podem apontar para uma redacção apressada, como por exemplo o facto da referência à expulsão do missionário W.P.Johnson estar incluída no tratamento do reinado de Mataca Che Bonomali e não, como seria correcto, no período de governo do seu predecessor, Che Nyenje. É possível que o trabalho tenha sido escrito imediatamente depois da Primeira Guerra Mundial, que, no Niassa, acabou em Setembro de 1918. Com exceção de um conselho aos europeus para recrutarem yao para o exército, e de algumas notas sobre os Macandjila entre 1895 e 1915, não há nenhuma referência directa ao domínio colonial nem ao período em que redigiu o trabalho. Pouco antes do romper das hostilidades no Norte de Moçambique (cerca de 1916-1917), Abdallah teve que fazer face a outra hostilidade, a do chefe Kalamje, influenciado, segundo o bispo, por cartas que tinha recebido do administrador alemão em Tunduru<sup>17</sup>. Abdallah teve que retirar-se algum tempo para Chisindo e é possível que tenha mesmo ido para a Niassalândia e entrado em contacto com o seu editor, o médico Meredith

Sanderson, que tinha vindo para a Niassalândia em 1910 e publicou uma gramática Yao em 1916<sup>18</sup>.

\* No seu trabalho, Abdallah apresenta-se simplesmente como autor interessado no passado, com conhecimentos e capacidade de escrever e documentar o assunto. Não exterioriza qualquer moral cristã. Alias, ele não terá sido o único pastor africano a aceitar o passado pré-cristão tal como ele era, sem reinterpretações excessivas. Foi talvez essa atitude (que também encontramos nos dois livros de W.P.Johnson sobre o Niassa) que levou o bispo a negar o seu apoio<sup>19</sup>.

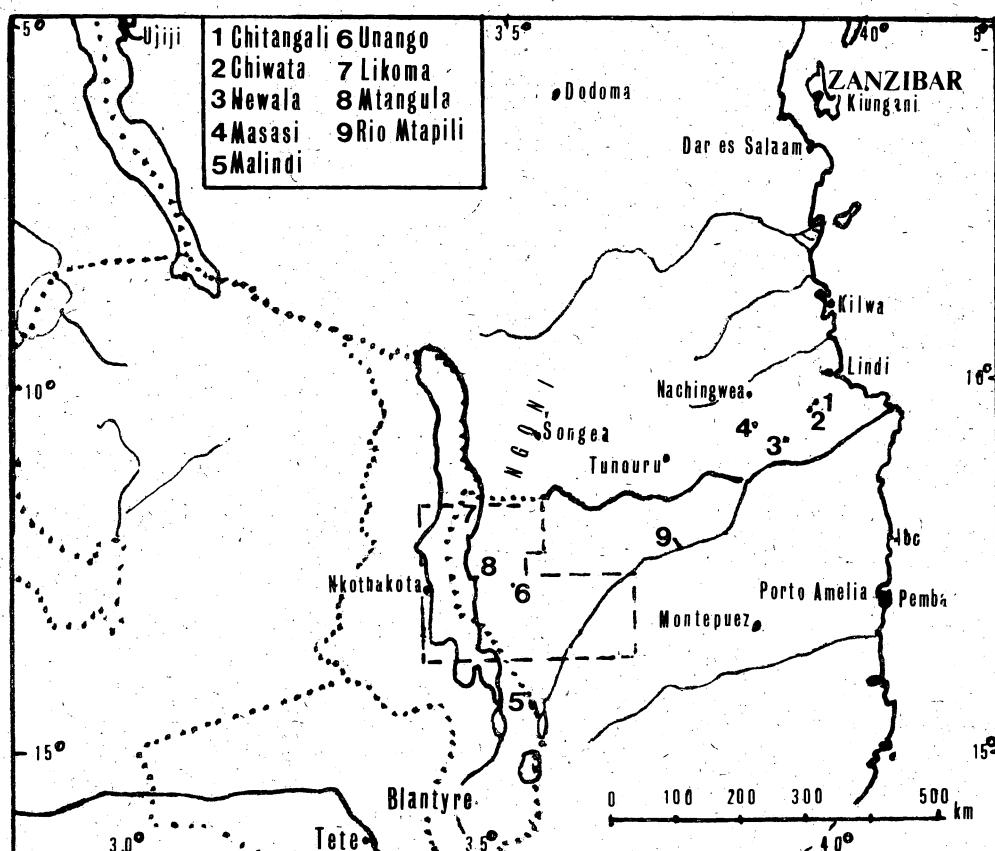
\* Alpers sublinha que Abdallah se dirigiu principalmente aos Yao, para os quais queria escrever uma história nacional, e que ali se documenta uma certa viragem na sua personalidade, que se demarca da anterior integração no mundo europeu<sup>20</sup>. Mas, como se verá, Abdallah nunca deixou de ter orgulho no que toca à sua origem social e mantinha certas tradições africanas, deslocando-se, por exemplo, com mais pessoas do que aquelas que um missionário britânico teria considerado necessário.

Os seus últimos vinte e cinco anos de vida, incluindo aqueles durante os quais escreveu a sua obra, não estão ainda amplamente investigados. Para já, pretendemos descrever a origem de Abdallah e os seus primeiros anos em Unango.

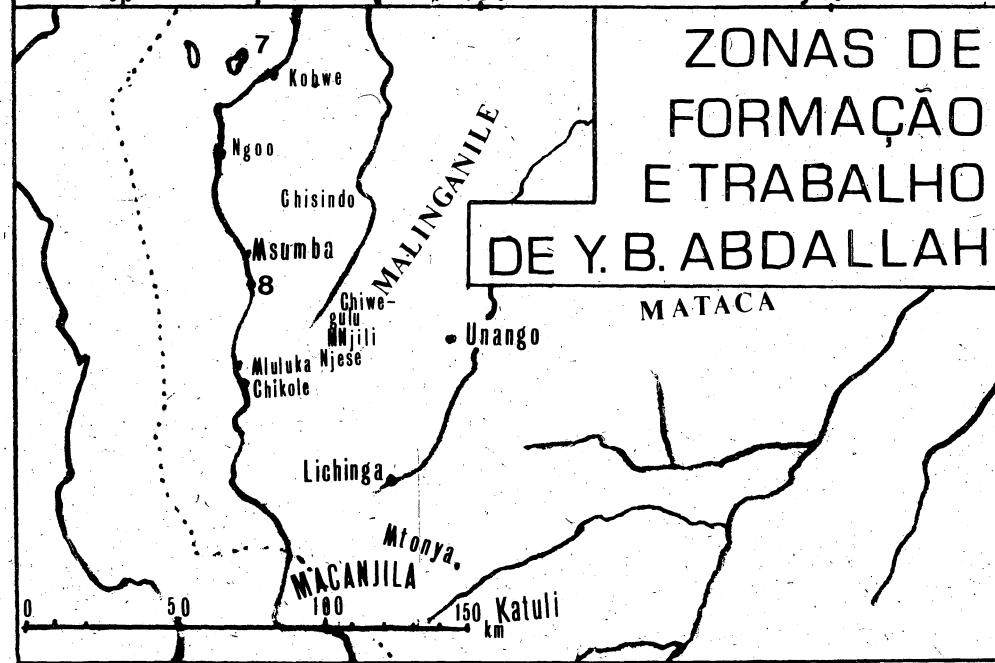
## 2.2. Família e estudos (até 1894)

Nos documentos consultados não há nenhuma indicação sobre a idade e data de nascimento de Y.B.Abdallah; as fontes missionárias e o próprio Abdallah até são ligeiramente divergentes a respeito de quem foi o seu pai<sup>21</sup>. Abdallah já seria provavelmente um jovem de entre 6 a 10 anos quando, em Novembro de 1876, a Missão (anglicana e britânica) das Universidades na África Central (U.M.C.A.) estabeleceu uma aldeia de escravos libertados em Masasi, a cerca de 160kms da povoação costeira de Lindi, ao norte do rio Rovuma (e a cerca de 50kms do que viria a ser Nachingwea<sup>22</sup>). O Sultão de Zanzibar, sobre o qual a Grã-Bretanha exercia já um certo ascendente, tinha alguma influência nessa zona, na qual habitavam principalmente Yao e Makua, muitos dos quais era refugiados da zona a sul do rio Rovuma<sup>23</sup>. A principal rota de caravanas da costa para o Lago Niassa passava por esta zona. A influência do Sultão não foi, porém, suficiente para impedir que em 1882, seis anos mais tarde portanto, Masasi fosse saqueada pelos Ngoni ou Magwangwara, que expandiram o seu poder a partir da zona em volta de Songea em direcção à costa. Só em 1888 Machemba, um dos chefes yao mais poderosos da área, conseguiu resistir-lhes<sup>24</sup>.

Politicamente, a missão e os africanos aí residentes es-



## ZONAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DE Y. B. ABDALLAH



tavam na dependência dos chefes locais. A missão reconheceu inicialmente a autoridade de um chefe makua chamado Namkumba<sup>25</sup>. Um dos subchefes, na área vizinha de Chitangali, era um certo Abdallah Nakaam Mwatuka, pai do nosso autor. Muito provavelmente era natural da zona de Mecula (Mkula), entre os rios Lugenda e Rovuma, onde nasceu talvez por volta de 1840 ou 1845. Possuía captivos e deve ter viajado com frequência na zona entre o Niassa e o litoral. Em 1880 ou 1881 acompanhou com alguns homens seus o missionário W.P.Johnson, que tentava estabelecer uma missão junto ao Mataca Che Nyenje. Pouco antes desta viagem Abdallah tinha sido baptizado, recebendo o nome de Barnaba. É possível que nesta ocasião ele, que certamente era polígam, se tenha separado da mãe de Yohana. Esta foi também baptizada e recebeu o nome de Salomé<sup>26</sup>. Não sabemos como se enquadraria aqui uma aliança matrimonial entre os chefes Nakaam e Makanjila, que Abdallah menciona no seu livro<sup>27</sup>. Teria sido um casamento do seu tio e predecessor, ou do próprio Barnaba Abdallah?

Na altura do baptismo dos pais o jovem Yohana provavelmente já estudava. A primeira menção contemporânea que conhecemos data de 1886, referindo que ele foi enviado para ajudar o diácono yao Cecil Majaliwa, um antigo escravo que tinha estudado em Inglaterra e que viria a ser o primeiro africano da U.M.C.A. a ser ordenado padre, em Janeiro de 1890<sup>28</sup>.

Em 1887, Barnaba Abdallah Nakaam Mwatuka sucedeu a seu tio, que era o representante do clã dos Laponi na região<sup>29</sup>. A missão parece ter visto com bons olhos esse acontecimento, na medida em que passava a haver um chefe cristão na zona, e até parece ter apoiado a candidatura de Barnaba. Em 1890, depois do fim da revolta dos swahili e árabes contra o imperialismo alemão na zona costeira, Barnaba aceitou o regime colonial alemão e em 1899 viria a receber o estatuto de chefe administrativo (akida) da área de Chiwata, perto de Chitangali (Kitangari). Nem ele nem a população da sua área participaram na revolta de Maji-Maji (1905-1906), mas em 1911 os alemães baniram-no para a costa. Com a missão também passou a ter problemas porque voltou a ser polígam. Morreu em 1926, em Chiwata, para onde os britânicos lhe tinham permitido regressar<sup>30</sup>.

Em 1887, pouco depois da nomeação de seu pai como chefe, Yohana decidiu enveredar pela carreira eclesiástica<sup>31</sup>. Numa sociedade matrilinear como era a sua, de facto, nunca poderia vir a suceder a seu pai, mas como padre poderia gozar o prestígio daquele, o que acontece também com professores islâmicos do norte de Moçambique<sup>32</sup>. Além disso, havia certamen-

te um elemento bastante forte na sua personalidade que o man-  
tinha firme na sua convicção e o ajudaria a ficar celibata-  
rio até ao fim da vida<sup>33</sup>.

A missão para a qual entrou tinha o seu centro regional em Zanzibar desde 1864, possuía uma escola central em Kiunga-  
ni, na mesma ilha, onde também havia uma imprensa instalada  
pelo bispo Steere. O exemplo do já citado Cecil Majaliwa de-  
ve ter mostrado a Abdallah que os africanos eram integrados  
e promovidos. Aliás, o acolhimento que teve foi, talvez, ain-  
da melhor, porque nos anos 80 se fizeram muitos esforços pa-  
ra recrutar africanos livres (não escravos) para a missão. A  
missão não tinha encontrado muitos adeptos em Zanzibar e na  
zona costeira, onde o meio era fortemente islamizado. Pelo  
contrário, ela era aceite em certas zonas do "hinterland" co-  
mo Chiwata, Chitangali (cujo chefe Matola se deixara bapti-  
zar no fim da vida<sup>34</sup>), Masasi e Newala, que tinham sido sacu-  
didas pelas guerras do período entre 1840 e 1885, e estavam  
empenhadas na reorganização das suas estruturas políticas e  
económicas.

Abdallah estudou algum tempo em Kiungani, onde funciona-  
va também uma espécie de colégio teológico e, em 1893-1894,  
trabalhou ali como missionário. A sua área de trabalho era o  
subúrbio de Ngambo, nos arredores da cidade de Zanzibar<sup>35</sup>. Foi  
escolhido porém para trabalhar numa missão do interior, na ac-  
tual província do Niassa, que tinha sido fundada em meados de  
1893. O chefe desta missão era o médico e teólogo John Edward  
Hine<sup>36</sup>. Em 12 de Agosto de 1894, pouco antes de partir, Yoha-  
na Barnaba Abdallah foi ordenado diácono<sup>37</sup>. Veio de Zanzibar  
com uma formação que devia corresponder a cerca de dez anos  
de ensino formal, falava e escrevia fluentemente o inglês e  
também o swahili, e tinha alguns conhecimentos de grego  
e árabe<sup>38</sup>, além do yao que parece ter sido a língua da sua  
juventude<sup>39</sup>. A sua experiência em Zanzibar, que era, à época,  
o centro cultural e mercantil da região, deve-lhe ter dado  
bastante prestígio junto das populações yao do interior.

### 2.3. O começo em Unango, 1895-1901

Depois da sua ordenação em Zanzibar, Abdallah viajou pa-  
ra Masasi, viagem essa que levou apenas 5 dias. Decidira-se  
que ele fosse para casa do reverendo Cecil Majaliwa, em Chi-  
tagali, onde esperaria por uma oportunidade de viajar com  
uma caravana para Unango. Não queria viajar sozinho porque  
"receava os Magwangwara (ou Angoni)". Durante a sua estadia  
em Chitangali pediu seis obras teológicas à central da missão  
em Londres<sup>40</sup>, que haveria de receber no ano seguinte, embora

parcialmente danificadas pela água<sup>41</sup>. Deve ter esperado cerca de dois meses. Em 11 de Outubro já tinha passado uma caravana de Unango do interior para a costa, a fim de efectuar as suas compras em Lindi. Com ela tinha vindo um dente de marfim enviado pelo chefe Kalanje, de Unango, para o pai de Yohana<sup>42</sup>.

Abdallah chegou a Unango em fins de 1894 ou no começo de 1895. Passou possivelmente por Che Unde, no Rovuma, e não por Mwembe (capital de Mataka)<sup>43</sup>.

Os missionários anglicanos estavam em contacto com o importante centro populacional de Unango desde 1881. Em 1895, a povoação situava-se ainda na montanha de Unango e tinha a particularidade de possuir três chefes: Che Nampande, que era talvez hierarquicamente superior aos outros mas se mostrava pouco; Che Kalanje, que era muito activo e se deslocava frequentemente ao Lago, onde dominava a povoação de Mluluka, onde tinha um pangaio, e que fazia a sua própria política estrangeira através de alianças e expedições militares; finalmente, Che Chipango, que não parece ter tido muito peso na política local<sup>44</sup>. Che Kalanje é que tinha consentido no estabelecimento da missão, enquanto que Che Nampande mantinha, em relação a ela, uma certa distância, tendo mais tarde até aderido ao Islão. O problema mais grave existente no relacionamento entre a missão e Kalanje estava na aliança deste último com o chefe Malinganile, que atacava as populações da margem do Lago com as quais a missão trabalhava. Cada um destes ataques saldava-se em vários mortos e pessoas raptadas, que tinham que ser resgatadas ou ficavam no cativeiro. Hine, particularmente, parece ter tido dificuldades em trabalhar nessa situação, que alias deixa transparecer uma certa mudança de atitudes depois da partilha desta parte de África, em 1891<sup>45</sup>. Por sua vez, Kalanje também se alarmou quando pensou que os edifícios a serem construídos constituiriam uma fortificação<sup>46</sup>. A missão foi construída no sopé da montanha, do seu lado sudoeste, e a oeste do futuro posto administrativo<sup>47</sup>.

A maneira cerimoniosa e aparatoso com a qual Abdallah encarava a sua actividade, tal como a sua insistência em ser considerado missionário com os mesmos hábitos de um britânico, irritavam Hine, que escreveu sobre ele:

"Vê-lo subir a montanha com passos mesurados às 5 da tarde para fazer a catequese da tarde vestido de batina branca e solideu preto e com um parasol branco para proteger a sua compleição do furor do sol que esta a por-se, com um sequito de 3 ou 4 rapazes indo a frente dele, cujo ofício é de carre

gar o parasol na tornaviagem e outros artigos para vestir que ele achar bem despir, tudo isto não é uma vista que agrade. 'Que mantenha a sua simplicidade de vida' escreveu o bispo S[mythies]... Ele mantem-na comendo queijo e necessitando de mostarda, recusando-se a comer batata doce (viazi) e levanta o nariz (de maneira figurada) quando há 'nchima de chimanga a ufa' e pretende gostar de tudo o que é inglês e desprezar muitas coisas distintamente africanas"<sup>48</sup>.

Certamente que Hine não via com bons olhos ter que partilhar as suas provisões de queijo e mostarda com um parceiro. Para Abdallah a questão seria talvez pretender ser reconhecido como missionário com os mesmos direitos que o europeu. Quando se tratava de festejar a Páscoa, em 1896 e 1898, havia danças (africanas) e, em 1898, mesmo tiros de pólvora se ca, como em qualquer festa africana da costa oriental.

Hine, que nos meados de 1894 tinha estado com o arquidiácono Maples em Mtonya (Metonia) e em Junho de 1895 viajara para Likoma, sentia-se talvez mais como o chefe "europeu" da missão<sup>49</sup>.

Em 31 de Julho de 1895, Abdallah escreveu:

"Acho que não consigo fazer nada com homens e mulheres crescidos, mas graças a Deus posso fazer alguma coisa com homens e mulheres novos e rappers. Agora estão 57 nomes no meu livro como ouvintes... Temos 16 na escola e 9 na nossa casa [como alunos internos]. Muita gente vem aos domingos para as nossas pregações. Kalanje... enviou-nos uma ovelha hoje"<sup>50</sup>.

Pela grande caravana que Kalanje enviou para a costa sob as ordens de seu filho<sup>51</sup>, certamente que Abdallah mandou cartas aos seus pais.

Em 11 de Fevereiro do ano seguinte, 1896, Hine, gravemente doente, teve que ser evacuado para o Lago e, depois, para Inglaterra. Devido às contradições daquele com o chefe Kalanje, tinha-se discutido a hipótese de abandonar a missão, mas Abdallah foi mandado regressar pelo arquidiácono W.P. Johnson, que na ausência de um bispo (o bispo Maples morrera num naufrágio no Lago Niassa) superintendia aos trabalhos. Abdallah teve a ajuda de dois professores.

Em 30 de Abril descreve a sua rotina. Ele próprio mantiña a escola às segundas e quintas-feiras, na aldeia de Kalanje, e pregava ali aos domingos. Os seus dois professores faziam o mesmo nas aldeias de Nampanda e Chipango, situadas, em relação à missão, a 15 e 20 minutos, respectivamente. Existiu também um internato com escola. Em 1898, a casa viria a ruir, matando três dos 46 rapazes ali internados<sup>52</sup>.

A festa da Páscoa de 1896 foi organizada com danças e um jogo de futebol entre as turmas das aldeias de Chipango e Nampanda, com a vitória desta última<sup>53</sup>.

Nos anos de 1895 a 1897 Abdallah fez também muitas via-

gens. Em fins de 1895 fez uma visita aos chefes Likole, em Mnjili (Mnjiri), Msusa, em Malulu, e Maniamba, em Chiwegulu. Descreveu para a missão as suas experiências em Chiwegulu:

"Chiwegulu é um lugar muito bonito e as casas são todas construídas em volta da montanha, perto do seu cume. A povoação não é muito grande com parada com Unango, mas é maior do que Malulu ou Mnjili. Quando chegámos o chefe tinha ido ver os seus campos, por isso ficamos e falámos com o seu povo. Depois de uma grande demora o chefe voltou e perguntou-me por que tinha eu vindo. Disse que tinha vindo falar-lhe e ao seu povo acerca de Deus e perguntei se queriam um missionário para vir viver com ele. Ele depois retirou-se para ir consultar os seus chefes. Depois de algum tempo voltou e disse que não podia decidir até que tivesse ouvido o que eu tinha a dizer. No dia seguinte não pude ser ouvido porque toda a gente estava nos seus campos a semear, antes da chegada das chuvas. No outro dia vieram e sentaram-se debaixo das árvores, perto do local onde o chefe está enterrado. Eu li os dez mandamentos e depois expliquei-os a eles. O chefe depois repetiu o que eu tinha dito ao povo. E disse que 'se isso são as palavras que trouxeste, não podemos recusá-las porque ninguém gosta de roubos, assassinatos, adulterios ou mentiras, se bem que estejamos a praticá-los'. Depois perguntei se queriam um missionário para os vir ensinar. O chefe e o povo disseram que queriam... e aquele queria que eu levasse o seu sobrinho a Unango para ser ensinado"<sup>54</sup>.

Citámos aqui esta extensa passagem pela sua maneira pouco comum de apresentar a missão e a religião cristã.

Ainda em 1896, quatro meses e meio depois de ter sido levado para o Lago, Hine foi consagrado bispo da diocese do Niassa e dois anos depois, a 6 de Março de 1898, Abdallah obteve a sua ordenação como padre, o que lhe permitia administrar os sacramentos aos outros membros da sua igreja<sup>55</sup>. Em Janeiro do mesmo ano, o bispo tinha estado em Unango e baptizado 14 pessoas, o primeiro fruto do trabalho de Abdallah e dos dois professores. Aliás, já em 1897 o bispo tinha passado por ali<sup>56</sup>. Em Abril de 1898, Abdallah já se refere a contactos com os chefes Chiwaua de Mtanya, Malinganile e Katuli de Litamwi, que lhe tinham mandado um rapaz para a escola e um boi<sup>57</sup>.

Em 10 de Setembro de 1898, alguns meses depois da sua ordenação, Yohana Abdallah passou pela sua aldeia natal, Chiwata. No dia seguinte celebrou ali missa e, no dia 23, continuou o seu caminho para Kiungani, em Zanzibar, para onde levava nove rapazes que deveriam ali frequentar a escola. Agnes Achitinao, noiva de um professor sobrinho do chefe Barnaba Nakaam, comentava:

"Vê-lo regozijou-nos bastante, um padre do nosso país, nascido na nossa aldeia. A sua mãe vive aqui em Chiwata..."<sup>58</sup>

É possível que tenha sido nesta viagem, ou no regresso, que Abdallah visitou o Mataka Bonomali. Em Setembro de 1900 recebeu a visita da sua mãe em Unango. Ela tinha feito quase toda essa viagem a pé (e não de machilá). Em Abril de 1901

ela ainda estava em Unango<sup>59</sup>.

Do ponto de vista político, 1900 assinalava já o começo de um período de transição. Em 1899, depois de acordos com o governo britânico da Niassalândia e com a Companhia do Nias-sa, o governo colonial português tinha feito um ataque ao Mataca. O exército era composto principalmente por cipaios e carregadores recrutados na Zambézia. Em fins de 1900 chegaram ao Lago os primeiros administradores da Companhia do Nias-sa e Abdallah entrou em contacto com eles. Um deles refere-se ao "presbítero indígena Johana Abdalal [sic]"<sup>60</sup>. A tradição oral local conservou que Abdallah foi consultado pelos che-fes locais sobre a possibilidade de resistir. Ele tê-los-ia aconselhado a porem de parte a idéia devido ao superior arma-mento dos europeus<sup>61</sup>. Talvez soubesse que alguns elementos da Missão das Universidades o consideravam uma espécie de lugar-tenente, contando com uma derrocada do colonialismo portu-guês e com a passagem do Niassa para a alcada de outro gover-no colonial, de maneira que uma resistência com o fim de pre-servar a independência, no seu ver, nunca teria hipóteses<sup>62</sup>.

#### 2.4. O período 1902-1924 \*

Este período não foi ainda estudado pormenorizadamente, o que só será possível quando mais fontes estiverem acessí-veis. A biografia feita por E.A.Alpers e as diferentes histo-rias da Missão das Universidades (U.M.C.A.), contêm algumas referências<sup>63</sup>. Abdallah labutava com algum sucesso no inter-iior, chegando, em 1922, a ter 750 comunicandos<sup>64</sup>. Todavia, não foi nomeado para o capítulo da diocese, organizado naque-le ano. Augustine Ambali, que tivera a seu cargo a grande e impor-tante paróquia de Msumba (Messumba), foi o único africa-no nomeado, tendo os restantes cinco lugares sido atribuídos a arquidiáconos europeus. Dois lugares ficaram vagos<sup>65</sup>. Abd-allah morreu acometido de doença súbita em "Medo" (Monte-puez), quando, em 1924, fazia uma viagem para a costa, onde pretendia passar alguns meses de férias com a sua família<sup>66</sup>. Considerou-se antão que Unango estava "um pouco fora de con-tacto com o resto da diocese"<sup>67</sup>, e o lugar não foi reocupado, talvez até porque o cristianismo não esperava tornar-se ali a religião dominante, dado o rápido avanço do Islão.

#### 2.5. A figura de Abdallah numa periodização da transformação da sociedade moçambicana durante o período colonial

Yohana B.Abdallah pertence, como talvez outros em Moçam-bique, nomeadamente José Fernandes Júnior, Tizora Navesse, R.

Ndevu Mashaba e, num meio totalmente diferente, João Albasini, a uma geração que recebeu toda ou parte da sua educação antes da estruturação inicial do imperialismo colonial (ca.1891-1907). Assim, talvez tenham visto a imposição do regime colonial como um processo inevitável, mas nem todos concordaram depois com a transformação das relações sociais que se seguiu. Muito provavelmente, contudo, ainda não conseguiram perspectivar uma independência dos territórios que o imperialismo tinha delimitado.~~Abdallah~~ transformou o mal-estar que sentiu numa valiosa obra de recolha de elementos da história de um grupo linguístico e étnico, focando as dinastias que mais resistiram à conquista imperialista europeia<sup>68</sup>.

Na historiografia dos países vizinhos, especialmente do Malawi e da Tanzânia, os "New Men" (Homens Novos), e a "Age of Improvement" (período de "aperfeiçoamento" no qual se dão os primeiros passos no domínio da ciência, da técnica e da economia do colonialista), têm sido objecto de estudo e discussão<sup>69</sup>. Em Moçambique, a atenção tem-se dirigido, até agora, sobretudo para uma pequena fracção desse grupo, que se exprimiu nos jornais em língua portuguesa ou em português e ronga. O grupo que noutras países se chamou de "mission elite" ("elite africana das missões"), não recebeu até agora a atenção que lhe é devida, embora nem seja preciso insistir no exemplo de um Eduardo Mondlane, e outros, para demonstrar a sua importância no desenvolvimento de uma ideologia nacionalista~~Há~~. Há diversos pontos por onde a análise poderia começar: A missão serviu apenas como ponto de passagem para receberem uma educação? Ela desempenhou um papel mais importante, assegurando a existência ou talvez, também, uma base de organização? Até que ponto serviu para formar uma classe?<sup>70</sup>

No caso de Abdallah, não sabemos como ele teria evoluído se tivesse vivido mais tempo. Talvez possamos ver um certo simbolismo no motivo da sua última viagem, tal como ela é contada pela tradição oral referida por Sululo (ver capítulo 3). Abdallah morre antes de aprender a língua portuguesa, que passou a ser obrigatória para professores no Niassa a partir de cerca de 1930, e que marcou um passo importante na integração desta zona no espaço de Moçambique.

Será que ele teria superado o seu nacionalismo yao, que certamente partilhava com outros e do qual já havia alguns indícios por volta de 1896-1898<sup>71</sup>? Alpers acha que, em 1919, ele "tinha-se tornado, à sua maneira, num misto de pan-africanista e de representante da civilização ocidental, papel para o qual tinha sido treinado"<sup>72</sup>, preferindo dar pouco peso ao "chauvinismo yao", que talvez só possa ser compreendido no contexto do seu trabalho na missão.

### 3. ELEMENTOS DE TRADIÇÃO ORAL SOBRE YOHANA B.ABDALLAH

por João Guilherme Sululo<sup>73\*</sup>

"Os mais antigos missionários anglicanos chegaram primeiro a Zanzibar, hoje parte da Tanzânia, e ali se estabeleceram, fundando igrejas e escolas. Atravessavam às vezes para o continente, convertendo as pessoas; de tal modo que chegaram às regiões de Massasi, cujos habitantes são ajauas e onde se encontraram com um chefe da povoação, ou daquela região, chamado Nacamo"<sup>75</sup>. Pediram-lhe que lhes desse um dos seus filhos para o colocar na escola de Zanzibar, a fim de estudar. O chefe, generosamente, acedeu ao seu pedido, mas com uma condição: "Ouvi dizer que nas escolas vocês, quando ensinam os meninos, batem-lhes se eles cometem erros", disse o chefe, "mas o meu filho é livre e deve gozar sempre a sua liberdade. Portanto nunca deve acontecer que alguém lhe bata. Dou-vos o meu filho mais um sobrinho meu, para aprenderem na escola. Juntamente com os meninos, dou-vos também um rapaz meu escravo; quando os meninos cometerem erros na escola os professores devem bater no escravo e não neles, que são livres. Ouviram?", recomendou o chefe Nacamo<sup>76</sup>.

Os missionários, embora soubessem que não iriam fazer aquilo, aceitaram a proposta do chefe, agradeceram e levaram consigo os três meninos para a escola de Zanzibar. Os três foram metidos na escola e baptizados. O filho do chefe chama-se Yohana Abdallah, o sobrinho Gilbert Mpalila, e o escravo Michel Hamisse. Durante as férias, quando os meninos vinham para a casa dos pais, o chefe Nacamo ficava muito chateado e zangado quando via que o escravo também pegava nos livros e soletrava; porque ele tinha sido mandado para a escola não para estudar mas, sim, para aguentar os castigos e porradas que eram devidos aos dois meninos, filho e sobrinho<sup>77</sup>.

Os meninos continuaram a estudar e depois foram mandados para o Seminário onde, mais tarde, foram ordenados diáconos. Mais tarde ainda, continuando no Seminário, os dois meninos foram ordenados padres. Michel Hamisse não foi ordenado padre porque quando da ordenação ele estava doente. Continuou como diácono para sempre.

Os dois novos padres foram enviados para Niassa, onde iriam começar o seu trabalho como missionários. Como eram ajauas, Yohana Abdallah foi colocado em Unango, na região dos ajauas, para melhor se poder entender com eles, e Gilbert Mpalila foi colocado noutro lugar.

\* João Guilherme Sululo recebeu as suas informações sobre Yohana B.Abdallah do professor Basílio Farahane, "um velho dos seus, talvez, 75 anos, em Lichinga, em 1971", e esteve pessoalmente em Unango em 1946.<sup>74</sup>

A partir do local onde fica hoje a nova cidade de Unango, se olharmos para oeste, nas vertentes do monte Unango, facilmente descobriremos as ruínas das casas e igreja do lugar que foi de Yohana Abdallah; foi ele que mandou construir a primeira missão de Unango<sup>78</sup>, e havia lá uma forte escola com regime de internato. Aqui, as populações da região de Unango conheciam a primeira escola da região. Aqui elas conheceram a primeira casa com dois pisos. Aqui elas conheceram o primeiro homem africano letrado ao nível europeu. Nesta primeira escola estudavam meninos de ambos os sexos<sup>79</sup>. O padre Yohana Abdallah gostava muito daquele lugar por causa da forma natural do monte Unango. Ele aproveitava a forma natural do monte para os seus esclarecimentos sobre o único Deus em três pessoas (a Santíssima Trindade). O monte Unango... é um... só monte; mas tem três picos diferentes: um pico do lado Este, que se chama Lipili, e outro pico do lado Oeste chamado Liteo; existe ainda outro pico no meio dos dois, que é Unango propriamente dito. Os nomes Lipili e Liteo são nomes de grandes cobras em língua ajaua...

Certa vez o padre Yohana Abdallah saiu de Unango para Likoma, a fim de ir assistir a uma reunião na sede da diocese. Ele ia de burro e acompanhado por uma comitiva de carregadores. No regresso, chegou a uma povoação perto da localidade de MPOCHI, mas mais a Leste, e quis passar ali a noite. Nessa altura, os ataques do régulo Malinganile eram ali frequentes. O régulo Malinganile e o régulo Mataca eram dois régulos ajauas muito poderosos na guerra, e que atacavam sucessivamente os povos nianjas para arranjar captivos que iam vender como escravos aos árabes, na costa.

Tendo o padre Abdallah chegado àquela povoação, pretendeu ali passar a noite, como já referimos; nessa mesma noite veio a tropa do régulo Malinganile para atacar a povoação. Fez-se o ataque, em que a tropa matou algumas pessoas e capturou outras. Entre os mortos contava-se um dos carregadores do padre Yohana Abdallah, e a sua bagagem foi saqueada. O comandante da tropa de Malinganile fez o ataque à povoação por não ter sabido que o padre Yohana Abdallah ali estava. O régulo Malinganile era conhecido do pai do padre Yohana Abdallah que muitas vezes lhe recomendava que tinha um filho no Niassa. Foi chamado o comandante da tropa para resolver o caso; ele confessou francamente que não sabia que o padre Yohana Abdallah estava no local, pois de outra maneira tinha adiado o ataque. Foi-lhe pedido que pagasse os estragos feitos e ele pagou. Esse pagamento não corresponde aos estragos feitos, disse o padre Yohana Abdallah. Todas as pessoas que capturou aqui devem ser-me dadas a mim como pagamento dos estragos feitos. O co-

mandante entregou todas as pessoas que capturara na povoação naquela noite. Yohana Abdallah fez aquilo para livrar as pessoas da povoação do pesado cativeiro que lhes estava destinado. Ele recebeu-as todas e foi com elas, indicando-lhes um novo local onde poderiam fazer a sua nova povoação sem derramamento de sangue. A nova povoação foi chamada de "Namichenje", ou seja, povoação das pessoas livres, que ficou até hoje; e os habitantes pareciam ser familiares directos do padre Yohana Abdallah até à sua morte.

\* \* \*

O régulo Calanje era o chefe supremo de toda a região de Unango. Havia em Unango uma escola nova iniciada pelo padre Yohana Abdallah. A população de Unango não sabia o que era uma escola, como funcionava, nem conhecia os seus regulamentos.

O régulo Calanje precisou de alguns rapazes para lhe fazerem um trabalho. O trabalho consistia em irem ao rio cortar uns caniços para fazer o seu grande quintal. Onde iria ele encontrar muitos rapazes para tal trabalho? Na escola. Chegou lá e chamou todos os alunos, sem consultar os professores nem ninguém. Mandou-os ao rio cortar os caniços e irem entregá-los a sua casa. Os professores ficaram sem voz, sabendo tratar-se do régulo Calanje. Em todo o caso, deram conhecimento ao padre Yohana Abdallah. Este, tendo tomado conhecimento, ficou calado; à tarde, chamou o régulo que logo apareceu acompanhado de alguns homens. Mandou que o régulo entrasse só, e foi com ele para o primeiro piso da casa. Per-guntou-lhe: "Quem lhe deu autorização para tirar os alunos da escola?" O régulo respondeu que para tirar os alunos da escola não precisava de autorização de ninguém porque ele era o régulo Calanje.

Logo depois destas palavras foi uma chuva de chicotadas e espancamentos, pontapés, murros, cabeçadas, etc....

— "Senta-te!"

O régulo sentou-se e o padre disse-lhe: "Fica sabendo que a partir de hoje ninguém tem o direito de tirar os alunos da escola, mesmo que os alunos sejam seus filhos". Quem quisesse fazê-lo deveria combinar com os professores. Estes arranjariam ocasião favorável para eles irem cortar caniços. "Então não torne a praticar tal tolice".

O padre Yohana Abdallah arranjou uma manta, uma túnica, duas barras de sabão, meio saco de açúcar e um saco de sal, e deu tudo ao régulo Calanje; arranjou mais uma outra manta, uma capulana, dois lenços, e entregou tudo para a mulher do régulo. Este agradeceu muito ao padre e chamou os seus homens para o ajudarem a carregar as coisas. Os homens não souberam

de nada do que tinha acontecido lá dentro. A partir daí o régulo Calanje aprendeu a respeitar os regulamentos da escola e tornou-se grande amigo do padre Yohana Abdallah<sup>80</sup>.

\* \* \*

### Che Linyassa

Vai-se falar mais uma vez de um outro episódio das guerras do régulo Malinganile. Ele não cessava de mandar incursões às terras dos nianjas a fim de capturar pessoas para ir vender aos árabes como escravos. Neste comércio, ele aproveitava para trocar os escravos por armas de fogo e outras coisas, e foi por isso que este régulo se tornou cada vez mais poderoso e mais rico do que os outros régulos. Antes de chegar à estas regiões, ou seja, as regiões dos nianjas, as suas incursões chegaram primeiro as regiões dos ajauas, pessoas da mesma raça que ele; mas, mesmo assim, não perdoava a ninguém, fosse quem fosse. Atacava na mesma. Certa vez o capitão de Malinganile chegou a uma povoação de ajauas chamada Mcuela, a Oeste do monte Chissindo. As populações da localidade, temendo que ele fosse atacá-las, enviaram mensageiros para propor em paz, porque não sabiam o que iria ele fazer enquanto estivesse na povoação. A povoação era comandada pelo grande chefe Che Liúla. Este mandou uma delegação chefiada por outro chefe inferior a ele chamado Che Linyassa. Chegando ao local, Che Linyassa disse que tinha sido enviado pelo grande chefe Che Liúla para propor a paz, e falou com toda a tranquilidade e humildade perante o capitão de Malinganile. A resposta a esta cortesia toda foi: "Mwasichite Che Linyassa'wo!", que quer dizer "cortai a cabeça do chefe Linyassa!"; "mwasichite" quer dizer "cortai a cabeça". Os soldados levantaram-se, amarraram as pernas e as mãos do chefe Che Linyassa e levaram-no para o lugar da execução. Calhou que o padre Yohana Abdallah estivesse nesta povoação no mesmo dia, durante uma das suas viagens pastorais, e fosse informado desse caso. Disseram-lhe que nesse momento Che Linyassa ia ser degolado. O padre Yohana Abdallah correu rapidamente para lá e chegou quando iam cortar a cabeça ao Che Linyassa, ou seja, o pescoço. Arrancou a faca ao homem que ia cortar o pescoço antes de ela atingir a garganta, e afugentou todos os soldados. Cortou as cordas das pernas e das mãos da vítima, livrando-a de morte certa. Levou o Che para casa, onde lhe prestou os primeiros socorros, de forma que a ferida sarou. À noite, a tropa de Malinganile partiu para lugar incerto.

\* \* \*

Ao reconhecer que os portugueses entravam em Moçambique e que a língua portuguesa ia ter influência no país, o padre

Yohana Abdallah quis estudar português. Arranjou uma viagem para Porto Amélia, em Cabo Delgado, aonde iria, com a sua comitiva de carregadores, para aprender a falar português. No caminho, em Montepuez, foi atacado por uma doença aguda e ali faleceu, antes de chegar a Porto Amélia. Foi sepultado no mesmo local.

## NOTAS

- 1 Agradeço a U.S.P.G., Londres, a permissão para citar cartas depositadas na Rhodes House Library, Oxford, que pertendem ao fundo da U.M.C.A. (Universities' Mission to Central Africa), aqui abreviado R.H., U.M.C.A.. A U.E.M., facilitou o trabalho concedendo-me alguns dias de licença em Janeiro de 1988. Devo a Vicente Mainga e ao falecido Francisco Mbanze algumas informações incorporadas na introdução.
- 2 João Guilherme Sululo nasceu em Chissanga-Ngoo, Niassa, a 13 de Novembro de 1918; estudou em Messumba e fez o exame de "segundo grau" em 1935; entre 1936 e 1959 foi professor; entre 1959 e 1963 frequentou o seminário teológico na então Lourenço Marques, tendo sido ordenado como padre anglicano em 1963. Desde 1972 que reside em Nampula, onde, depois da independência, voltou a dar aulas e a trabalhar na educação.
- 3 A primeira fonte extensa redigida por um autor que esteve em Moçambique são os roteiros de Ahmad ibn Majid, que segundo Ibrahim Khoury foram escritos antes de 1475 ou 1489: As-Sufaliyya "The Poem of Sofala", by Ahmad ibn Magid (835H/1431AD-915H/1510AD), Coimbra, 1983, p.18.
- 4 O nacionalismo europeu do século XIX baseava-se sobretudo no que considerava contradições de caracteres étnicos, embora haja também exemplos de nacionalismos multi-étnicos regionais como o da Suíça, que surgiu de confrontações com o império alemão desde os fins do período medieval. Muitos dos nacionalismos africanos têm algumas semelhanças com o exemplo suíço.
- 5 Parece que Francisco Maieuane Macuvele também gravou um disco com esse nome, possivelmente nos anos 50, mas muitas das pessoas que conheciam a canção não sabiam se era da sua autoria. Segundo Vicente Mainga, "Makhandane" era a alcunha do administrador José Afonso Ribeiro.
- 6 Daniel Marivati residia no Transvaal mas pelo menos duas das suas canções referem-se a Moçambique. "Yingelani movha", gravada provavelmente entre 1930 e 1932, faz referência à perseguição dos protestantes (informação de Vicente Mainga).
- 7 No Fundo dos "Negócios Indígenas" do A.H.M. existe alguma correspondência que se refere à necessidade de fazer uma censura dos discos, facto corroborado pelas memórias dos mineiros, que viram muitos dos seus discos confiscados e partidos na fronteira de Ressano Garcia.
- 8 Ver, por exemplo, F.G.de Moura Coutinho de Almeida de Eça: Gamtto (1806-1866), Lisboa 1950; e: Lacerda e Almeida escravo do dever e mártir da ciência 1753-1798, Lisboa 1951, que, não obstante o seu título algo errado, apresenta muitas informações inéditas.
- 9 Entre estes: João Julião da Silva (ca.1770-1852), que esteve entre 1790 e a data da sua morte em Sofala, e que descreveu diversas vezes a zona vizinha de Quiteve; José Fernandes Júnior (ca.1872-1965), do qual existem pelo

menos quatro manuscritos: Divagações históricas sobre o distrito de Tete (1944), Notas biográficas de José Fernandes Júnior (1945), Narração do distrito de Tete (1956), e Comunicação do indígena Jose Fernandes Júnior, residente no Posto Administrativo da Chiúta, acerca do alemão Carlos Wiese (1958).

<sup>10</sup>Aron S.Mukhombo: A mulaveteli wa Ntumbuluku wa vaTshwa, Cleveland, Transvaal, Central Mission Press, 5<sup>a</sup> ed., 1954; e A Nkutsulani wa matimu ya Vatshwa, 3<sup>a</sup> ed., 1955. No que toca às fontes sonoras pensamos na Library of African Music ou no especialista G.Kubik, que estudou também, por exemplo, o "Jazz" da Niassalândia (Malawi).

<sup>11</sup>Y.B.Abdallah: The Yao<sup>s</sup>/ Chiikala cha Wayao, Zomba, 1919, 2<sup>a</sup> ed. Reimpressão com novo título: Wayao-we/ The Yaos, Lusaka, 1952 (é desta edição que vimos alguns fragmentos perto de Muembe em 1981); e 3<sup>a</sup> ed. (reimpressão da primeira com novo prefácio e biografia, por E.A.Alpers), Londres, 1973.

<sup>12</sup>Barnes, B.H.Johnson of Nyasaland: a study of life and work of William Percival Johnson D.D. Archdeacon of Nyassa, missionary pioneer 1876-1928. Londres, 1933, pp.186-191. A.Ambali, Reminiscences of thirty years, publicado na revista Central Africa da U.M.C.A. em oito prestações, em 1916, no vol. XXXIV. Segundo Alpers, in Abdallah 1973:XV, o trabalho foi reeditado cerca de 1924 com o título: "Thirty years in Nyassaland". Segundo G.H.Wilson: The history of the Universities'Mission to Central Africa, Londres, 1936 p.238, Fisher não falava línguas africanas e por isso não comunicava directamente com os crentes.

<sup>13</sup>Rotberg in Abdallah 1973; ver Alpers, op.cit., p.XI e passim. Alpers, E.A.: Trade, state and society among the Yao in the nineteenth century, Journ. Afr.History, X, 1969, 405-420. E pelo mesmo: Ivory and slaves in East Central Africa, Los Angeles, 1975.

<sup>14</sup>Alpers in Abdallah 1973: X, XII.

<sup>15</sup>Wilson 1936: 128-129. O plano dos anglicanos era tornar Mtanya (Metónia) num grande centro, mas a forte posição do Islão contribuiu para que fosse abandonado depois da morte de Eyre, em 1928.

<sup>16</sup>Cf. R.Stuart: Os Nyanja, o U.M.C.A. e a Companhia do Niassa, 1880-1930. Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 3, 1985, pp.21-29; AHM, Cod. 11-2485, pp.274-278, carta de rev. Eyre de 1 de Setembro de 1909, pp.290-94, 14 de Maio de 1910. AHM, F.O. 106, entrevista em Metonia com Aidina Mataula, Anderson Saidie e William Ntambalika, 1981.

<sup>17</sup>Abdallah 1973: 49; Stuart 1985: 32.

<sup>18</sup>Alpers 1973: XI.

<sup>19</sup>Cf. nota 12.

<sup>20</sup>Alpers 1973: XII, fala de "afirmação forte de valores africanos frente a valores ocidentais".

<sup>21</sup>Wilson 1936: 81, diz que o chefe Barnaba foi padrasto de Yohana, seguindo possivelmente uma informação do missionário Johnson, cf. Alpers in Abdallah 1973: VII-VIII. Yohana chama-lhe simplesmente "atati" (Abdallah 1973: 31) ou pai (my father), Alpers 1973: VIII-IX, e R.H., U.M.C.A., Box El, carta de Abdallah para Travers Chitangali, 11 de Outubro de 1894.

<sup>22</sup>Wilson 1936: 43-44.

- <sup>23</sup>Yusuf Halimoja: *Historia ya Masasi, Dar-es-Salaam - Nairobi: East African Literature Bureau, 1977: 20-38; T.Ranger, European attitudes and African reality: the rise and fall of the Matola chiefs of South-East Tanzania, Journal of African History* 20, 1979: 63-83.
- <sup>24</sup>Wilson 1936: 56-58, 81; Abdallah 1973: 38-39, também esboça a sua carreira.
- <sup>25</sup>Wilson 1936: 43-44, 224; Maples, Chauncy (ed. E.Maples), *Journals and papers of Chauncy Maples, D.D.*, London 1899: 68-69, e diversos artigos na revista *Central Africa*, vol.I, 1883: 3-7, 131-5, 151-3; vol.II, 1884: 14-16; vol.V, 1887: 10, 103; vol.VII, 1889: 70, etc.
- <sup>26</sup>Alpers in Abdallah 1973: VIII; R.H., U.M.C.A., Box A1, folha 73, carta de C.A.Maples de 4 de Dezembro de 1881, e diferentes menções em cartas de W.P. Johnson na mesma caixa, folhas 26, 64, 96-7, 153, onde aparece como Barnaba Mwatuwa (Matuka), ou Barnaba Abdullah. Johnson (W.P.: *Seven Years' Travels in the Region of Lake Nyasa, Proc. of the Roy. Geogr. Soc.* vol.6, 1884: 518), refere-se provavelmente a ele quando diz: "o outro homem que então estava comigo tinha sido carregado [pela sua mãe] do mesmo país do rio Mta pili e parecia orgulhoso da sua verdura profunda e lagoas aprazíveis quando o atingimos no nosso caminho para Mwembe, de Masási; e o podia ser porque estava a conduzir-me com cinco dos seus próprios homens". Cf. também Wilson 1936: 51-2, 80.
- <sup>27</sup>Abdallah 1973: 45, referindo-se a 1892-93.
- <sup>28</sup>Alpers in Abdallah 1973: IX; Wilson 1936: 80, 92-3, 95, 222; I.Iliffe: *A modern history of Tanganyika*, Cambridge U.P., 1979: 229-30.
- <sup>29</sup>Alpers in Abdallah 1973: IX; Wilson 1936: 80-1.
- <sup>30</sup>Alpers in Abdallah 1973; Wilson 1936: 80-1, 94, 118-9, 226; R.H., U.M.C.A. Box A5-A6, Agnes Achitinao para C.C.Child, 14 de Março de 1899.
- <sup>31</sup>Alpers in Abdallah 1973: IX.
- <sup>32</sup>Como por exemplo no caso do mwalimu Mecuaiaia, filho do chefe do mesmo nome, entrevistado pelo AHM em 1982.
- <sup>33</sup>Alpers in Abdallah 1973: XII, citando o necrológico escrito pelo bispo Hine em *Central Africa* 1924: 500.
- <sup>34</sup>Wilson 1936: 103.
- <sup>35</sup>Alpers in Abdallah 1973: X; referência ao trabalho entre os "mahometanos" em: R.H., U.M.C.A. Box E1, folha 4, Abdallah para Travers, Chitangali, 11 de Outubro de 1894.
- <sup>36</sup>Wilson 1936: 96. Tinha sido um plano do bispo C.A.Smythies, que deixou de ter responsabilidades sobre o Niassa em 1892. A revista *Central Africa*, vol.12, 1894, pp.26, 37, 38, 75, inclui extractos de cartas de Hine e do artesão Joseph Williams, datados de Únango, 27 de Setembro de 1893 a 7 de Janeiro de 1894.
- <sup>37</sup>Wilson 1936: 98.
- <sup>38</sup>Alpers in Abdallah 1973: XII, citando o necrológico do bispo Hine.
- <sup>39</sup>A discussão sobre a origem dos Nakaam (se makhuwa ou yao) não se refere à língua materna mas às origens mais remotas.

- <sup>40</sup>R.H., U.M.C.A. Box E1, Abdallah para Travers, Chitangali, 26 de Agosto de 1894.
- <sup>41</sup>R.H., U.M.C.A. B1, Abdallah para Travers, Unango, 21 de Julho de 1895.
- <sup>42</sup>R.H., U.M.C.A. Box E1, Abdallah para Travers, Chitangali, 11 de Outubro de 1894.
- <sup>43</sup>Abdallah também visitou Mwembe, mas foi provavelmente mais tarde. Abdallah menciona o seu conhecimento de Unde na sua obra. Abdallah 1973: 12, 14; visita de Mwembe; 57; 58.
- <sup>44</sup>Central Africa, 1894, vol.12, p.37 (Hine, 3 de Outubro de 1893), 75, 126 (Inf. Ch. Maples), vol.14 (1896): 130 e vol.15 (1897): 58, carta de Y.B. Abdalla (sic). Kota Kota, 26 de Dezembro de 1896. Uma referência de 1900 informa que Kalanje tinha 20 mulheres (Central Africa, vol.19, 1901:79) e outra que morreu em 7 de Abril de 1907, sem se ter tornado cristão, mas que tinha mandado algum tempo antes todas as suas mulheres carregar bambus para a igreja que ardeu (Central Africa, vol.25, 1907:241, informação de Y.B. Abdallah).
- <sup>45</sup>R.H., U.M.C.A. Box E, folhas 332-337, carta de Hine a W.P. Johnson, 10 de Junho de 1895, e fragmento de sumário de consulta a vários missionários (por Hine?) em Likoma, por volta do dia 20 de Junho de 1895, rec. a 23 de Setembro de 1895 em Londres.
- <sup>46</sup>R.H., U.M.C.A. Box E, folha 8, Abdallah para Travers, Unango, 31 de Julho de 1895.
- <sup>47</sup>Inf. de J.G. Sululo (cf. cap.3). Em 1981 havia ainda alguns traços visíveis.
- <sup>48</sup>Hine para Johnson, cit. na nota 45, folha 333.
- <sup>49</sup>Maples 1899 (cit. na nota 25): 262.
- <sup>50</sup>Cf. nota 46, fol.8v. (Algum tempo depois era também aceite pelos mais velhos).
- <sup>51</sup>Ibid. O período das grandes caravanias estava a acabar porque já havia pouco marfim.
- <sup>52</sup>R.H., U.M.C.A. Box E, Abdallah para Viner, Unango, 30 de Abril de 1896, fol.9v., ibid., fol.6, Abdallah para Viner, 16 de Janeiro de 1898.
- <sup>53</sup>Abdallah para Viner, 30 de Abril de 1895 (cf. nota 52), fol.10<sup>r</sup>.
- <sup>54</sup>R.H., U.M.C.A. Box E, fols. 11-13, fragmento de um relatório de Abdallah de Dezembro de 1895.
- <sup>55</sup>Wilson 1936: 109, 112.
- <sup>56</sup>Central Africa, vol.15, 1897: 193 (o bispo só tinha chegado em Março de 1897 à sua diocese. Cf. Wilson 1936: 109). R.H., U.M.C.A. Box E1, Abdallah para Viner, Unango, 16 de Janeiro de 1898.
- <sup>57</sup>R.H., U.M.C.A. Box E1, Abdallah para Travers, Unango, 14 de Abril de 1898, fol.15. Essa carta está assinada "Yohana B. Abdallah, priest".
- <sup>58</sup>R.H., U.M.C.A. Box A5/A6, Agnes Achitinao to Rev. C.C. Child, Chiwata, 20 de Outubro de 1898 (...Bassi tukafurahi sana kumvona kasisi wa taifa letu juu yote wa kuzaliwa katika mji wetu, kwani mamaye anakaa hapa Chiwata).

- 59 R.H., U.M.C.A. Box A5/A6, Unango, 12 de Abril de 1901, Abdallah para (?).
- 60 AHM, Adm. Civil, Cx.426, Governador do Niassa J.A.A.de Mesquita Guimarães ao Governador Geral, Ibo, 6 de Julho de 1901, incl. Relatorio do ex-comandante dos postos de Luangwa e M'tangula, Antonio Trindade dos Santos, Ibo, 14 de Abril de 1901. Nessa altura havia também um "malimo macua" em "Mtonia".
- 61 F.O.149, citado em Liesegang, História do Niassa, ca.1600-1960, no prelo, cap.VI.7.1. Ver tambem a citação da carta que o pai de Abdallah escreveu a Makanjila cerca de 1893, sobre a futilidade da resistência (Abdallah, 1973: 45-6).
- 62 Cf. fonte citada na nota 45. Unango estava para ser dirigido pelo missionário Wimbush (cf. Abdallah para Viner, 30 de Abril de 1896) que, porém, foi mandado para Kotakota quando o missionário Sim morreu, e depois seguiu para outras tarefas. A.E.M.Anderson-Morshead, *The history of the Universities'Mission to Central Africa, 1859-1909*, London 1909, p.388. Refere-se também à posição de Abdallah.
- 63 Anderson-Morshead 1909; Wilson 1936; A.G.Blood, *The history of the Universities'Mission to Central Africa*, 2 vols., London, 1957 (vol.2, trata o período 1907-1932).
- 64 Alpers em Abdallah 1973: IX, citando Blood 1957, vol.II: 178.
- 65 Wilson 1936: 192, 195-6.
- 66 Wilson 1936: 197; Alpers in Abdallah 1973: XI. Abdallah morreu a 11 de Fevereiro de 1924.
- 67 Wilson 1936: 197.
- 68 Um pouco mais do que um terço do texto refere-se ao grupo masaninga, e entre eles foram salientadas as dinastias de Makanjila e Mataka (Abdallah 1973: 37-60). A história do grupo machinga não é tratada em detalhe, nem há descrições das dinastias dos outros grupos, salvo uma ou outra referência pontual a Katuli, Chiwaula, Kalanje.
- 69 Ver, por exemplo, M.Chanock: *The New Men revisited: An essay on the development of political consciousness in Colonial Malawi*. In: *From Nyasaland to Malawi*, ed. R.J.Macdonald. Nairobi 1975: 234-253; J.Iliffe, *Modern Tanzanians*, Nairobi 1973; J.Iliffe: *A modern History of Tanganyika*, Cambridge U.P., 1979, 216-237, 265-268.
- 70 Outra base organizativa nos anos 30-60 são certamente os serviços coloniais de saúde (do estado), nos quais o meio de comunicação era o português.
- 71 Tanto os missionários europeus como talvez os africanos consideraram, nos anos 90, a terra yao ("Yaoland") uma região à parte, separada do litoral do lago, onde viviam os Nyasa (Nyanja). Em 30 de Abril de 1896 Abdallah pediu, instruído por W.P.Johnson, "professores yao" para as três povoações que tinha visitado em Dezembro de 1895 "porque professores nyasa não há de vir porque (yao e nyasa) estão sempre a lutar". Em 14 de Abril de 1898 escreveu a Travers "amigos vão ajudar-me muito rezando para mais professores yao para trabalharem entre os seus nacionais e para que estes lugares de Litambi, Mtonya e Chitagalala sejam atingidos pela chamada de Deus..." (R.H., U.M.C.A. Box E1). Porém, em 1922 o missionário W.P.Johnson achava que as divisões antigas entre os grupos étnicos tendiam a desaparecer e que havia amizades e casamentos inter-étnicos (W.P.Johnson), *Nyasa. The Great Water*, Oxford U.P., 1922: 17-18).

<sup>72</sup>Alpers em Abdallah 1973: XII.

<sup>73</sup>Os trechos publicados abaixo fazem parte de manuscritos escritos em 1984 e 1986, depositados e a depositar no AHM. Os de 1984 fazem parte de um trabalho submetido ao "Concurso de História Oral" e os de 1986 foram escritos para informar sobre o ensino e cultura no Niassa.

<sup>74</sup>M.L.Correia de Matos teve conhecimento, em 1965, de um manuscrito de Basílio Farahane sobre a "história dos Ngoni" que não se sabe se ainda existe.

<sup>75</sup>Versão do nome de Barnaba Abdallah Nakaam.

<sup>76</sup>É certamente uma versão que se afasta da realidade histórica mas com um certo interesse devido à visão do estatuto de escravo, ao qual Abdallah 1973: 31-2, também se refere.

<sup>77</sup>Colegas de estudo de Abdallah foram Daudi Machina, Samuel Chiponde e Cyprian Chitenje (cf. Maples 1899: 218). Tanto Daudi Machina como Samuel Chiponde tiveram depois conflitos com a U.M.C.A. (Iliffe 1979: 233, 265). Gilbert Mpilila participou no curso de diácono em 1916-7 (Wilson 1936: 167), e foi ordenado em 1917 com Leonard Kangati, Lawrence Chisui e Petro Kilekwa.

<sup>78</sup>As primeiras construções foram iniciadas por John E.Hine e o artesão Williams, mas a sua reconstrução e a insistência para que fosse em pedra deve ter sido devida a Abdallah, que em 1898 até teve que lutar contra a resistência do bispo Hine.

<sup>79</sup>Em 1986 Sululo escreveu sobre Abdallah: "... Andava sempre de burro e com muitos carregadores, quando fazia viagens pastorais. Era muito rico entre a população pobre do princípio deste século. Tinha em Unango uma escola muito forte com regime de internato, para alunos que vinham de longe..."

<sup>80</sup>Talvez os acontecimentos não se tivessem desenrolado assim; esta "estória" mostra, no entanto, que tipo de pressões poderiam pesar sobre um professor.

**O INSTITUTO DOS CEREAIS  
DE MOÇAMBIQUE E A CULTURA  
DO MILHO (1961-1975)**

Manuel Jorge Correia de Lemos

**1. IDENTIFICAÇÃO**

É objecto deste trabalho a documentação contida na Pasta 011-Agricultura-Milho, pertencente ao Fundo do Instituto dos Cereais de Moçambique (I.C.M.)<sup>1</sup>. Trata-se de um conjunto variado de documentos, que inclui alguma correspondência trocada entre aquela instituição e outros organismos oficiais ou entidades particulares, estudos e informações e elementos estatísticos sobre a cultura do milho na então Província de Moçambique, produzidos no período 1963<sup>2</sup>-1975<sup>3</sup>, exceptuando-se a cópia de uma informação datada de 1956, feita pelos Serviços Técnicos em Moçambique da Junta de Exportação dos Cereais (1938-1961)<sup>4</sup>.

Criado em 1961, pelo Diploma Legislativo Ministerial nº1, de 9 de Outubro<sup>5</sup>, o I.C.M. era o organismo de coordenação económica das actividades ligadas à produção, comércio e indústria do amendoim, arroz, milho, soja, trigo, seus derivados e subprodutos<sup>6</sup>. Ele surge na sequência do processo que vai da extinção, no mesmo ano, da J.E.C.<sup>7</sup> à entrada, em 1962, no exercício das atribuições que até essa altura competiam à Junta do Comércio Externo<sup>8</sup>.

Funcionando inicialmente em João Belo, onde estavam esta belecidos os Serviços Técnicos da J.E.C., o I.C.M. tinha ulti mamente a sua sede em Lourenço Marques e delegações e subdele gações regionais, cada uma delas com as suas zonas de influência<sup>9</sup>. A nível central, compunham o I.C.M. os Serviços de Orientação Económica, Estatística e Propaganda (S.O.E.E.P.), os Serviços de Experimentação e Orientação Técnica, os Serviços Administrativos e de Inspeção, e os Serviços de Armazéns Gerais<sup>10</sup>.

A coordenação e a representação do I.C.M. realizava-se por intermédio dos Serviços da Direcção Geral de Economia do Ultramar, conforme determinação do Ministro do Ultramar, no plano superior do Governo Central, e através do conselho económico, na directa dependência do Governador-Geral, no plano provincial<sup>11</sup>. A dirigi-lo tinha um Director e um Director Adjunto, despachando o primeiro directamente com o Governador-Geral<sup>12</sup>.

Das entidades oficiais<sup>13</sup> e privadas que se corresponderam com o I.C.M., salientam-se:

- Ministério do Ultramar / Direcção Geral de Economia. Repartição dos Negócios Económicos, através do Governo-Geral, Secretaria Provincial de Terras e Povoamento e Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral.
- Governo-Geral / Secretaria Geral.
- Junta de Comércio Externo.
- Banco Nacional Ultramarino (Gerência) / Serviços de Estudos Económicos.
- Manica Trading Company (Lourenço Marques), S.A.R.L., (Gérencia).

## 2. RESUMO GERAL

### 2.1. Da Correspondência

#### 2.1.1. Com o Ministério do Ultramar / Direcção Geral de Economia, Repartição dos Negócios Económicos.

Em resposta ao ofício nº3699 (Proc. nº6/110/0), de 21 de Outubro de 1963, da referida Repartição, em Lisboa, endereçado ao Governador-Geral de Moçambique<sup>14</sup>, solicitando dados sobre a produção e utilização do milho para "estudo no plano nacional, das possibilidades da sua valorização com vista a localizar-se a sua futura expansão, uma vez que a Metrópole se estava a tornar altamente deficitária em virtude do plano de expansão pecuária", e remetida ao I.C.M., através da Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral (nota nº12/S/56, de 2 de Janeiro de 1964), foi enviado o ofício nº5852/3777/D/64, de 7 de Outubro de 1964, assinado pelo Secretário Provincial de Terras e Povoamento, José Gomes Pedro, do qual o I.C.M. arquivou uma cópia.

Anexos ao citado documento existem 7 mapas, nomeadamente sobre a produção do milho, nos sectores empresarial e tradicional, (nº1)<sup>15</sup>, área de cultura e produção correspondente ao sector empresarial (nº2), comercialização, em ambos os sectores, (nº3), milho utilizado na indústria de moagem (nº4), utilização de milho, controlada (nº5) — referentes ao período 1950-51/1959-60; elementos apurados pela Missão de Inquérito Agrícola para os sectores empresarial e tradicional nos distritos de Moçambique, 1961, Cabo Delgado, 1962, e Niassa, 1963, (nº6), e importação de milho, em grão, sua origem, quantidade e valores (escudos), de 1952 a 1961 (nº7).

Das informações prestadas, destaca-se que Moçambique produzia, possivelmente a data do documento (1964), a média anual de 400.000 toneladas de milho, segundo estimativas da Missão

de Inquérito Agrícola (item 4.), na sua quase totalidade pela agricultura tradicional (4.1.) para auto-consumo, sem transitar pelo comércio estabelecido (4.2.), em sistemas pouco rendosos (6.); essa produção era inferior às necessidades de consumo interno (3.2.), estimando-se um "déficit" anual de cerca de 30.000 a 50.000 toneladas (3.), que obrigava à sua importação (3.1.), principalmente de Angola, África do Sul e Rodesia<sup>16</sup>.

#### 2.1.2. Com a Junta de Comércio Externo

Tendo recebido a nota nº8183, de 17 de Outubro de 1966, da J.C.E., a pedir que lhe fosse indicada qual a produção de milho nos anos de 1962 a 1965, o I.C.M., através do ofício nº4608/932-SEE/011/66, de 26 de Outubro de 1966, informou, em 3 pontos, que cerca de 95% da produção cabia à miniempresa familiar (o chamado sector tradicional), que a auto-consumia em aproximadamente 88%, tornando-se impossível a discriminação dos dados por anos; contudo, recorrendo-se aos elementos obtidos nos inquéritos realizados pela M.I.A. de 1961 a 1966, em toda a Província, e nos da Direcção de Agricultura e Flores das (D.A.F.) no Sul do Save em 1954/55, estimava-se a produção anual em 373.000 toneladas. Dado tratar-se de um produto em que Moçambique foi deficitário nos anos 1962-65, poder-se-ia avaliar a evolução do consumo através das quantidades importadas: em 1962, 41.986 toneladas; em 1963, 34.953 toneladas; em 1964, 31.672 toneladas; e em 1965, 42.512 toneladas.

#### 2.1.3. Com o Banco Nacional Ultramarino / Serviços de Estudos Económicos.

Com referências às notas de 14 de Outubro de 1965, 5 de Setembro, 24 de Outubro e 7 de Dezembro de 1966, do B.N.U./S.E.E., que não se encontram na Pasta 011-Agricultura-Milho, o I.C.M. dirigiu os ofícios nº4158/885-SEE/011/65, de 26 de Outubro de 1965, nº5451/1117-SEE/011/66, de 22 de Dezembro de 1966, e nº121/38-SEE/81/67, de 11 de Janeiro de 1967, sobre "Culturas disciplinadas pelo I.C.M.", os dois primeiros, e "Elementos informativos sobre arroz, milho e trigo". Sobre o milho, pode-se salientar o seguinte: a) Apesar da campanha 1964/65 ter sido afectada no Sul do Save, devido às condições climáticas desfavoráveis, admitia-se que a produção total de Moçambique não se afastaria da média de 1961, 390.000 toneladas, por se terem registado boas produções nas restantes regiões; dado o "déficit" mais uma vez verificado no Sul do Save, estimava-se que fossem colocadas na região cerca de 13.000 toneladas excedentárias doutros distritos e 27.000 toneladas

importadas de Angola, África do Sul e Rodésia (of. nº 4158, p.2). b) Em plena campanha de comercialização da produção de 1965/66 verificava-se a norte do Save um volume que excedia largamente o registo anteriormente, como reflexo das boas condições climáticas e da continuidade da política de garantia de colocação a preços estáveis, que iria permitir o abastecimento do Sul em cerca de 60.000 toneladas e constituir reservas a prever a exportação de 10 a 15.000 toneladas, com origem principalmente nos distritos de Manica e Sofala, Tete e Zambézia, esperando-se uma produção global à volta de 440.000 toneladas (of. nº 5451, pp.1-2). c) A localização, no distrito de Lourenço Marques, em que a cultura de milho, tradicional e empresarial, é de importância limitada, do principal aglomerado populacional e de algumas das mais importantes moagens, contribuiu para o agravamento do seu "déficit", obrigando ao recurso, para o seu abastecimento, à importação doutras áreas e/ou do estrangeiro (of. nº 121, p.4).

De referir que as informações que eram solicitadas pelo B.N.U./Serviços de Estudos Económicos se destinavam aos seus "Relatórios Trimestrais", que apresentavam dados referentes ao estado das culturas, a produção, industrialização, importação e comercialização do milho, entre outros produtos<sup>17</sup>.

#### 2.1.4. Com a Manica Trading Company (L.M.) S.A.R.L.

Em resposta às notas E/1929/66/RR/EGT, de 27.9.66, aditada pela E.2067/66/RR/E.G.T., de 11.10.66, e E.189/69/ENS, de 31.1.69, da Manica Trading Co., em Lourenço Marques, solicitando, a pedido dos seus clientes F.R.Waring (Pty), Ltd. (F.R.Waring and Co., Ltd, 1969), de Johannesburg, República da África do Sul, dados sobre as produções de milho de 1964 a 1966 e previsões para 1969, respectivamente, o I.C.M. forneceu, para o primeiro caso, através da nota nº 4742/970-SEC/011/66, de 5.11.66, as mesmas informações que à J.C.E. (of. 4608, de 26.10.66), acrescentando que para 1966 se considerava a Província auto-abastecida, com excedentes em relação ao consumo interno, e, para o segundo caso (1969), através da nota nº 717/93-SEC/69, de 8.2.69, indicou não ser possível referir quantitativos, embora se previsse uma boa produção.

#### 2.1.5. Com um particular

A pedido de Fernando Joaquim Teixeira, comerciante em Nauela, Alto Molócuè-Zambézia, em carta datada de 31.1.1968, que desejava saber qual a produção de milho nos anos 1966 e 1967, o I.C.M., através da nota nº 845/98-SEE/68, de 10.2.68, informava apenas haver estimativas, entre 450.000 a 500.000 toneladas.

## 2.2. Estudos e Informações

### 2.2.1. Informação de 1956.

Feita pelo Chefe de Departamento de Milho e Sementes dos Serviços Técnicos em Moçambique da J.E.C., em João Belo, sem que esteja indicado o destinatário, a referida informação constitui mais propriamente um relatório sobre a cultura do milho em algumas áreas de Gaza e de Lourenço Marques<sup>18</sup>, elaborado após uma visita, durante os meses de Janeiro a Março, às círcunscrições daqueles dois distritos. As suas considerações incidem sobre o Chibuto, Magude e Macia.

Segundo ele, a seca e as pragas tinham afectado a maior parte das culturas das duas primeiras e na última, apesar da cheia de 1955, que fez perder grande parte das searas, numa menor área de cultivo e do pouco cuidado dos naturais com a cultura, o milho apresentava, comparativamente às anteriores, bom desenvolvimento e boa adaptação aos terrenos. Dum modo geral, a colheita de 1956 foi inferior, em qualidade e quantidade, à da campanha antecedente, talvez em 60%.

### 2.2.2. Para o Governador-Geral

As informações-propostas nº137/63 e nº138/63, de 21 de Novembro de 1963, sobre a "Intensificação da cultura do milho na campanha agrícola de 1963/64" e a "Intensificação da cultura do milho - obtenção de sementes", podem-se resumir como segue:

- nº137 - Dada a necessidade de importação de semente da África do Sul, por não ser possível obtê-la na Província, e calculados os custos totais da mesma, incluindo sacaria em condução, frete e despacho, propõe-se que seja debitada, aos agricultores a beneficiar, pelo preço de 1kg/3\$00, a liquidar no acto de entrega, admitindo-se o seu reembolso no acto da colheita, em numerário, acrescido de 10%, conforme o Regulamento do I.C.M. A proposta recebeu despacho favorável do Secretário Provincial de Terras e Povoamento.
- nº138 - Para intensificação da cultura do milho, tirando rendimento da multiplicação da semente importada, propõe-se para os agricultores nela interessados o preço uniforme de 2\$20/kg para semente desensacada, colocada pelo fornecedor no armazém do I.C.M. mais próximo ou nos locais a designar. Esta proposta foi igualmente aprovada pelo Secretário Provincial de Terras e Povoamento.

### 2.2.3. Para o Ministério da Agricultura<sup>19</sup>

Elaborada por determinação do Ministro da Agricultura no seu memorial de 10 de Outubro de 1975, abrange o período 1968-1975, ainda que dum modo geral, com particular incidência para 1972-75. Pelo seu interesse, passamos a indicar a sua estruturação interna:

1. Antecedentes, 2. Produção (2.1. A cultura, 2.2. Caracterização, 2.3. Rendimentos), 3. Utilização da Produção (3.1. Semente, 3.2. Auto-Consumo, 3.3. Comercialização - 1. Sistema, 2. Regulamentação, 3. Quantitativos, 4. Comércio Externo, 5. Evolução dos Preços Internacionais), 4. Consumo Interno (4.1. Destino do Milho Comercializado, 4.2. Evolução do Consumo), 5. Indústria (5.1. Indústria de Moagem, 5.2. Indústria de Rações), 6. Perspectivas para a Campanha 1975/76, 7. Obstáculos ao Desenvolvimento (7.1. Estrutura da Produção, 7.2. Localização das Áreas Produtoras, 7.3. Origem dos Fatores de Produção, 7.4. Comercialização, 7.5. Considerações finais), 8. Medidas a Curto Prazo (Sementes para a Campanha 1976/77 e seguintes, Explorações Abandonadas, Operações de Aprovisionamento); Quadros: I, Cultura do milho em Moçambique (1968/71), II, Rendimento na Cultura do milho (1960-74, FAO), III, Comércio do milho - Preços Fixados (1968-1975), IV, Aquisições de milho controladas pelo I.C.M. (1968-1974), V, Milho-Comércio Externo (1968-1974), VI, Evolução da Cotação Internacional do milho, VII, Vendas de milho no mercado interno (1968-1974), VIII, Moagem de milho, em 31 de Dezembro de 1971, IX, Laboração da Indústria de Moagem de milho (1968-1974) e X, Indústria de rações (1968-1974).

Dada a sua extensão, poder-se-ia resumir o conteúdo do documento nos seguintes tópicos, pertinentes ao nosso trabalho:

- Produção: A cultura do milho é praticada predominantemente pelas pequenas empresas (o chamado sector tradicional) (p.2.).
- Utilização da Produção: O milho produzido em Moçambique é utilizado como semente, no auto-abastecimento e para venda (p.6.).
- Consumo Interno (estimativa para 1973): Abastecimento da indústria de moagem, 100 a 120.000 toneladas; abastecimento da indústria de rações, 10 a 15.000 toneladas; vendas para consumo directo, 10. a 30.000 toneladas - que corresponderiam a uma comercialização da ordem das 120 a 150.000 toneladas de milho por ano (p.13.).

- Comércio Externo: É determinado por 2 circunstâncias - a irregularidade da produção, com variações anuais de grande amplitude, e os condicionalismos económicos resultantes da distância entre as zonas excedentárias e a cronicamente deficitária região do Sul do Save, que encarece o custo dos transportes, apresentando-se mais favorável exportar os excedentes do Norte e abastecer o Sul com milho importado dos países vizinhos grandes produtores deste cereal (p.10.).

### 3. COMENTÁRIO GERAL

Criado em 1961 e em funcionamento desde 1 de Janeiro de 1962<sup>20</sup>, ao I.C.M. competia o fomento e a coordenação económica relativa às actividades de produção, comércio e industrialização do amendoim, arroz, milho, soja e trigo. Para isso, ao longo da sua existência foram estabelecidas delegações e subdelegações regionais, cada uma delas com a sua zona de influência; por decisão do Governo-Geral, em 1964 foi determinado que o I.C.M. delegasse no Grémio da Lavoura do Planalto de Manica e Sofala, com sede em Vila Pery<sup>21</sup>, as funções que lhe cabiam na área de influência deste organismo<sup>22</sup>.

A análise da documentação permite-nos concluir que o controle do I.C.M. sobre a cultura do milho era limitado, já que grande parte da produção, maioritariamente originária da agricultura familiar (cerca de 90%)<sup>23</sup>, servia para o auto-consumo, não entrando nos circuitos comerciais controlados. Para o período 1968/71, por exemplo, face ao volume comercializado, estima-se que o auto-consumo tenha sido da ordem das 350 a 400.000 toneladas por ano, o que significaria, para uma produção à volta das 450 a 500.000 toneladas, o consumo de 80% da produção, que poderá subir no caso duma má colheita, registrando-se o inverso num ano de produção excepcional<sup>24</sup>.

Os quantitativos apresentados têm quase sempre como base estimativas da M.I.A. ou do próprio I.C.M., havendo por isso uma cobertura pouco segura para qualquer período que se queira estudar<sup>25</sup>. Contudo, e apesar dessa insegurança, pode-se estimar uma produção média de 400.000 toneladas em 1964<sup>26</sup> e de 450 a 500.000 toneladas em 1966-67<sup>27</sup>. A evolução da produção entre 1967/68 e 1970/71 teria sido a seguinte: em 1967/68 392.859 toneladas; em 1968/69, 448.835 toneladas; em 1970/71, 506.315 toneladas<sup>28</sup>.

Apesar da quase totalidade da produção das médias e grandes empresas se destinar à venda, a maior participação no milho comercializado era proveniente das pequenas empresas (sector tradicional), particularmente nas regiões de Chimoio

e da Angónia, onde o milho constituía a principal cultura de mercado para a população rural<sup>29</sup>.

As maiores aquisições do I.C.M. verificavam-se em Manica e Sofala, Tete e Zambézia<sup>30</sup>, que eram as principais zonas produtoras. Tete, que até final da década de 60 era, geralmente, a que maiores quantidades de milho vendia ao I.C.M., foi diminuindo rapidamente a sua contribuição. Manica e Sofala forneciam igualmente quantitativos importantes, que nos últimos anos (1973-1974) se reduziram fortemente<sup>31</sup>. Em ambos os casos, para além das condições climáticas menos favoráveis<sup>32</sup> que se possam ter verificado, isso deveu-se à situação de guerra, que obrigava à deslocação de populações de certas zonas<sup>33</sup>. Temos como exemplo as aquisições de milho pelo Grémio da Lavoura do Planalto de Manica e Sofala, que baixaram drástica e bruscamente de 40.922 toneladas em 1972 para 6.484 toneladas em 1973 e 2.690 toneladas em 1974. Como consequência, as aquisições de milho controladas pelo I.C.M. desceram de 158.953 toneladas em 1972 para 86.274 em 1973, e 26.964 em 1974<sup>34</sup>.

A tendência que já nos anos 1950-60 se manifestava de duas regiões bem distintas, o norte excedentário e o sul deficitário, agravou-se na década de 60 e nos primeiros anos da década de 70.

Em 1970, a imprensa local, comentando a escassez de milho no Sul, considerava, entre outras, como causas principais a seca e as pragas, que o agricultor tradicional, utilizando métodos antiquados, não podia vencer, mas criticava sobremaneira o I.C.M. por "não ter dado apoio e carinho à cultura, a ponto de levar o agricultor evoluído à produção" de milho, o que levava à sua importação e à sobrecarga da balança económica de Moçambique, sugerindo, como uma das medidas a tomar, que se alterasse o preço do milho tabelado em 135\$00 por saco ao produtor para 185\$00, como forma de incentivo, se introduzissem novas técnicas de cultivo<sup>35</sup> e novas sementes, particularmente híbridas<sup>36</sup>.

Mas, outros factores determinavam o "deficit" de milho em Moçambique, principalmente no Sul, como, por exemplo, o aumento demográfico, o incremento da população urbana, a alteração dos hábitos alimentares e o desenvolvimento da pecuária, que implicavam a comercialização de 120 a 150.000 toneladas por ano, com a seguinte distribuição, segundo estimativas de 1973:

- Abastecimento da indústria de moagem, 100 a 120.000 toneladas.
- Abastecimento da indústria de rações, 10 a 15.000 toneladas.

- Vendas para consumo directo, 10 a 30.000 toneladas<sup>37</sup>.

Esse "deficit" anual de milho obrigou à importação dos seguintes quantitativos entre 1962 e 1974, provenientes de Angola, no início da década de 60, África do Sul e Rodésia:

1962 - 41.986 toneladas  
1963 - 34.957 toneladas  
1964 - 31.672 toneladas  
1965 - 42.512 toneladas<sup>38</sup>  
1966/66 - 27.000 toneladas<sup>39</sup>  
1968 - 23.005 toneladas  
1969 - 46.375 toneladas  
1970 - 99.270 toneladas  
1971 - 64.058 toneladas  
1972 - 59.646 toneladas  
1973 - 28.925 toneladas  
1974 - 33.437 toneladas<sup>40</sup>.

Por outro lado, os excedentes da comercialização no Norte permitiram a exportação de 121.852 toneladas em 1968; 25.244 toneladas em 1969; 11.852 toneladas em 1970; 109.649 toneladas em 1972; 17.411 toneladas em 1973<sup>41</sup>, para Portugal, Cabo Verde e São Tomé<sup>42</sup>.

#### NOTAS

<sup>1</sup> A.H.M. - Sede, Sala 12.

<sup>2</sup> Cópia da Informação-Proposta nº137/65, de 21 de Novembro de 1963, do Director Adjunto do I.C.M., João Lobo de Miranda de Távora, em João Belo, para o Governador-Geral, sobre a "Intensificação da cultura de milho na campanha agrícola de 1963/64.

<sup>3</sup> Cópia da Informação nº165/D/75, de 12 de Novembro de 1975, do Director do I.C.M., Armando Rego Ribeiro dos Santos, em Lourenço Marques, para o Ministério da Agricultura (República Popular de Moçambique), sobre "Cultura do Milho em Moçambique".

<sup>4</sup> Cópia da Informação de 12(16,25) de Outubro de 1956, do Chefe do Departamento do Milho e Sementes, Fernando Manuel Ferreira Borges Mouzinho, em João Belo, sobre a cultura de milho nalgumas zonas de Gaza e de Lourenço Marques.

<sup>5</sup> B.O. nº40, I série, de 9 de Outubro de 1961, p. 1271.

<sup>6</sup> Art. 3º. do Regulamento do I.C.M. aprovado pela P.P. nº53/73, de 20.1., Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1973, p.5.

<sup>7</sup> Decreto-Lei nº43.874, de 24 de Agosto de 1961, B.O. nº36, I, de 9 de Setembro de 1961, p.1079.

<sup>8</sup> Diploma Legislativo Ministerial nº13, de 13 de Outubro de 1961, B.O. nº40, I, de 13 de Outubro de 1961, p.1285 e D.L. Provincial nº2.256, de 7 de Ju

- lho de 1962, B.O. nº27, I, de 7.7.62, p.1.172.
- 9 Despacho de 10 de Abril de 1963, B.O. nº16, I, de 20 de Abril de 1963, p. 445 e Regulamento citado em <sup>6</sup>.
- 10 Regulamento de 1961 (P.P. nº15.560, de 30 de Dezembro de 1961, B.O. nº52, I, de 30 de Dezembro de 1961, p. 1.725) e de 1973, citado em <sup>6</sup>.
- 11 Artigo 11º. do Decreto-Lei nº.43.874, de 24 de Agosto de 1961, B.O. nº36, I, de 9 de Setembro de 1961, p.1.082.
- 12 Art. 13º. do Regulamento de 1973.
- 13 Ver nota 3. Não incluímos aqui a entidade a quem era destinada a Inf. nº 165/D/75, o Ministério da Agricultura da R.P.M.
- 14 Reforçado pelo telegrama nº966, de 7 de Agosto de 1964, do Ministério do Ultramar para o G.G. (Secretaria Geral, registo nº4592, de 8 de Agosto de 1964), face à demora na resposta.
- 15 Os elementos relativos à agricultura tradicional abrangem somente a produção comercializada e referem-se ao ano civil em que se processou a colheita (Mapa nº1, obs.).
- 16 Mapa nº7.
- 17 Constituíam outras fontes informativas dos "Relatórios Trimestrais" do Serviço (Gabinete) de Estudos Económicos do B.N.U. noticiários dos jornais e revistas, elementos fornecidos pelas dependências do Banco, relatórios à actividade económica dos distritos, elementos prestados por algumas entidades privadas e públicas e o Bol. Oficial.
- 18 Ver nota 4.
- 19 Ver nota 3.
- 20 Cópia do ofício nº5852/3777/D/64, de 17 de Outubro de 1964, do Secretário Provincial de Terras e Povoamento para o Ministro do Ultramar, item 3.2., 1ª. pag.
- 21 Criado em substituição do Grémio dos Produtores dos Cereais do Distrito da Beira, pela P.P. nº16.867, de 26 de Abril de 1963, B.O. nº16, de 24 de Abril de 1963, p.449.
- 22 Despacho de 21 de Maio de 1964, B.O. nº20 (Suplemento), de 21 de Maio de 1964, p.642.
- 23 Cópia da Inf. nº165/D/75, p.4; Relatório do 1º. Trimestre de 1971, G.E.E. (B.N.U.), Lourenço Marques, p.81.
- 24 Cópia da Inf. nº165/D/75, p.6.
- 25 Idem, p.2; Relatório das Actividades no ano de 1972, I.C.M., Lourenço Marques, 1973, p.16. "Em 1969 a produção atingia perto de 450.000 toneladas em 430.000 hectares de terra cultivada por 1397 empresários médios e 460.456 pequenos agricultores", Milhos Híbridos de Moçambique, C. Dias Víario, Lourenço Marques, 1973, p.173.
- 26 Cópia do of. nº5852/3777/D/64, do Secretário Provincial de Terras e Povoamento, item 4. Confrontar com a média anual de 373.000 toneladas estimada pelo I.C.M. em 1966 (copia do of. nº4608/932-SEE/011/66, de 26 de Outubro de 1966).

bro de 1966, para a J.C.E.), com base nos inquéritos de 1961 a 1966 da MIA. e de 1954/55 da D.A.F. e ainda com a média de 1961, 390.000 toneladas, referida pelo I.C.M. na cópia do of. nº41158-SEE/011/65, de 26 de Outubro de 1965, dirigido ao B.N.U./SEE.

- 27 Cópia da nota nº845/98-SEE/68, de 10 de Fevereiro de 1968 do I.C.M. para Fernando J. Teixeira. De referir que sobre a carta recebida deste último foi exarado o seguinte despacho: "Aos SOEPP. Dar uma ideia de grandeza. 8 de Fevereiro de 1968" (assinatura não identificada), o que poderia tornar suspeitos os números apresentados. Contudo, as 45.000 toneladas referidas não estão muito longe das 440.000 toneladas previstas para 1966 (cópia do of. nº5451/1117-SEE/011/66, de 22 de Dezembro de 1966, do I.C.M. para o B.N.U./SEE).
- 28 Cópia da nota nº4608/932-SEE/011/66, de 26 de Outubro de 1966, do I.C.M. para a J.C.E.
- 29 Cópia da Inf. nº165/D/75, p.7.
- 30 Idem, p.10; Relatórios das Actividades no Ano de 1972, I.C.M., L.M., 1973, p.17.
- 31 Cópia da Inf. nº165/D/75, p.10.
- 32 "Em 1970 o Grémio recebeu para comercializar apenas 104.715 sacos de milho, contra 525.534 sacos em 1972, o que é demonstrativo (...) quanto à seca verificada naquele ano". Relatório e Contas da Gerência-Exercício de 1973, Grémio da Lavoura do Planalto de Manica e Sofala, Vila Pery, p.8.
- 33 Cópia da Inf. nº165/D/75, p.3.
- 34 Idem, quadro IV, p.9.
- 35 "O notável incremento no quantitativo produzido, o qual permitiu no quinquénio de 1967 a 1971, um saldo nas exportações da ordem das 100.000 toneladas, terá sido devido ao acréscimo das áreas em cultura e do numero de agricultores que a praticaram, e à circunstância de alguns anos propícios. De facto, as produções unitárias médias situam-se no modesto nível de sempre, em cerca de 1.000Kg/ha, não tendo as das empresas médias, dedicadas a comercialização, diferido substancialmente das alcançadas pelos agricultores dedicados simplesmente à própria subsistência". Milhos Híbridos de Moçambique, C. Dias Vigório, Lourenço Marques, 1973, p.173.
- 36 Relatório do 3º. Trimestre de 1970, Serviços de Estudos Económicos (B.N.U.), Lourenço Marques, pp.43-45.
- 37 Cópia da Inf. nº165/D/75, pp.12-3.
- 38 Cópia do of. nº4608/932-SEE/011/66, de 26 de Outubro de 1966, do I.C.M. para a J.C.E.
- 39 Cópia do of. nº4158/885-SEE/011/65, 26 de Outubro de 1965, do I.C.M. para o B.N.U./SEE, p.2. O relatório do 1º. Trimestre de 1971, B.N.U./G.E.E., Lourenço Marques, p.81, refere que em 1966 foram importadas 7.000 toneladas no valor de 14.000 contos.
- 40 Cópia da Inf. nº165/D/75, quadro V.
- 41 Ibidem.
- 42 Cópia da Inf. nº165/D/75, p.11.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Boletim Oficial (I Série).

Boletim Oficial (III Série) - Regulamentação sobre o comércio de milho.

Contribuição para o Estudo da Qualidade dos Milhos em Cultivo na Província de Moçambique / Teresa Mota // In Agronomia Moçambicana, Lourenço Marques, 3(2), Abril-Junho, 1969, pp.103-120.

Milhos Híbridos de Moçambique / C. Dias Vigário // In Agronomia Moçambicana, Lourenço Marques, 7(3), Julho-Setembro, 1975, pp. 171-183.

Plano de Trabalho para 1972 / Instituto dos Cereais de Moçambique. - Lourenço Marques: 1973.

(A) Produção e a Indústria do Milho em Moçambique / Teresa P. Mota // In Agronomia Moçambicana, Lourenço Marques, 2(4), Outubro-Dezembro, 1968, pp. 257-271.

Regulamento de Instituto dos Cereais de Moçambique Lourenço Marques: I.N.M., 1973.

Relatório das Actividades do Ano de 1970/Instituto dos Cereais de Moçambique. - Lourenço Marques: 1971.

Relatório das Actividades no Ano de 1972 / Instituto dos Cereais de Moçambique. - Lourenço Marques: 1973.

Relatório e Contas da Gerência - Exercício de 1973/Grémio da Lavoura de Planalto de Manica e Sofala. - Vila Pery: s/d.

Relatório 3º. Trimestre 1966 / Gabinete de Estudos Económicos (B.N.U.). - Lourenço Marques. - PP. 32-34.

Relatório 4º. Trimestre 1969 / Serviço de Estudos Económicos (B.N.U.). - Lourenço Marques. - pp.26-27.

Relatório 3º. Trimestre 1970 / Serviço de Estudos Económicos (B.N.U.). - Lourenço Marques. - pp. 43-45.

Relatório 1º. Trimestre 1971 / Serviço de Estudos Económicos (B.N.U.). - Lourenço Marques. - pp. 80-83.

**NOTAS PARA A HISTÓRIA  
DA RADIODIFUSÃO EM MOÇAMBIQUE**

**O CASO DO RÁDIO CLUBE DE MOÇAMBIQUE  
(1933-1973)**

Pedro Roque

**I. INTRODUÇÃO**

Este artigo, longe de ser uma descrição histórica sobre a criação da Rádio Moçambique, pretende apenas fornecer tópicos para o investigador que queira debruçar-se sobre o assunto.

Inspirou-se essencialmente na leitura da revista "Rádio Moçambique", no jornal "Notícias" para o período antes do início da referida publicação da Rádio, e algumas vezes nos Anuários de Moçambique.

O leitor atento verificará que vários aspectos e realizações da Rádio Moçambique ficaram por focar. De facto, mereciam grande atenção realizações e programações tais como a Escola de Telegrafia que, fundada em 1934, funcionou no Rádio Clube, inicialmente com 2 ou 3 alunos; o Teatro Rediofónico, iniciado em 4 de Outubro de 1944 às 21 horas, e que se viria a repetir todas as primeiras e terceiras quartas-feiras de cada mês; a acção do maestro Belo Marques durante o longo período que permaneceu ligado ao Rádio Clube; a forma como era captado e radiofundido o serviço noticioso, via rádio, através da Rádio Marconi; o surgimento da revista Rádio Moçambique, aí pelos fins de 1923 ou começo de 1924; e muitos outros aspectos.

O mesmo leitor atento poder-se-ia interrogar sobre o por quê da demarcação da baliza cronológica 1933-1973. Diriámos que são quarenta anos que correspondem a um período importante da vida da Rádio e uma fase em que o material bibliográfico sobre ela é vasto.

Em relação aos emissores regionais, não constitui objectivo deste trabalho fornecer uma descrição completa, pelo que ficámos só no essencial.

**II. SURGIMENTO**

O "Notícias", na sua edição nº 139, de 23 de Setembro de 1926, publica uma carta que, apesar de ter sido enviada por

um único rádio-ouvinte, simboliza a preocupação de todos eles e fornece informações interessantes, entre outras as seguintes: que na altura já deviam existir aproximadamente 60 radiofilos munidos de aparelhos com as taxas em dia, cumprindo com as disposições da Portaria nº 768 de 16 de Agosto de 1914; que a distância a que ficavam as estações de radiodifusão de que se alimentavam os parcos 60 rádios (África do Sul, América do Norte, Europa) era grande e a aquisição dos aparelhos quase impossível devido aos altos custos; que a captação das emissões era fortemente prejudicada pelas interferências das estações de telegrafia sem fio existentes em Lourenço Marques, dando origem a reclamações constantes por parte da massa ouvinte.

A Portaria Provincial nº 768 atrás referida, que, entre outras disposições legais, implementava e regulava a cobrança rigorosa das taxas de licença aos possuidores de aparelhos de rádio, teria, em larga medida, despertado nos radio-ouvintes a necessidade de dotar a colónia de uma estação emissora capaz de proporcionar aos seus habitantes música portuguesa, noticiários, assim como promover a cultura colonial, educação cívica, o "progresso" do povo português na colónia, propaganda que fomentasse o progresso do comércio e indústria da colónia e, com a divulgação dos produtos portugueses, criasse vantagens importantes para o desenvolvimento do turismo, com o devido reclame ao clima e belezas naturais da colónia. Segundo opiniões razoáveis, não havia razão que justificasse a taxa de licença que se vinha cobrando desde 1924, pois o Estado em nada contribuía para o bom êxito da recepção e também porque a legislação da metrópole posterior à Portaria referida, que regulava este assunto, se referia a todo o território da república (incluindo, portanto, a colónia). Entendia-se que, para obviar ao inconveniente, se pediria ao Governo Geral que o decreto supracitado abrangesse também a colónia. Outro assunto analisado era o dos direitos alfandegários que, na colónia, pesavam sobre os aparelhos emissores e receptores de radiofusão: enquanto que na metrópole um aparelho receptor pagava 1/5 de direitos, na colónia aplicavam-se 2/5. Não estava claro nem certo que, contribuindo a radiofusão para a ilustração do povo português na colónia, conforme propalava a legislação de 1930, se sobrecarregasse a importação de aparelhos com uma taxa que a tornava quase proibitiva, pelo menos para as classes menos abastadas, quando era certo (e dizia-o também o referido decreto, a dado passo) que as facilidades concedidas à radiofusão redundariam em benefício do comércio e indústria, com a devida divulgação dos produ-

tos portugueses.

Perante estes factos, era imperioso montar, na cidade de Lourenço Marques, uma estação emissora que procurasse abranger todos os distritos da colónia. A acontecer assim, uma nova indústria, a do fabrico de aparelhos de fácil aquisição, poderia emergir "para o bem do Estado". Para além da indústria, o comércio e a agricultura conheceriam assim outros incentivos, com a divulgação dos recursos existentes na colónia.

Assim, depois de outras sem grandes êxitos, realizou-se a 5 de Junho de 1932 uma reunião no Grémio Náutico de Lourenço Marques, sob a presidência de Firmino Sarmento, em que 40 sedentos radiofilos, entre eles o chefe dos correios e telegrafos Domingos Barreto, analisaram a fundo as questões relacionadas com a sua ambição: ter uma estação emissora que pudesse pôr côbro à dependência em relação às estações emissoras sul-africanas, europeias e, mesmo, norte-americanas. Mais tarde, a 1 de Agosto de 1932, teve lugar nova reunião no Teatro Scala para, em assembleia geral, se elegerem os corpos governantes que iriam conduzir o processo de instalação da emissora. Ariano Mendes Serra ocupou o cargo de presidente da direção e Alberto José de Moraes o de vice-presidente; a assembleia geral ficou sob a presidência de Firmino Lopes Sarmento. Na sessão de 3 de Agosto de 1932 deliberou-se que na primeira quarta-feira de cada mês seria convocada a assembleia geral. A 7 de Setembro de 1932 foram admitidos mais sócios e assentou-se na compra de material necessário para a montagem de uma estação experimental, pelo que se aprovou a deslocação do presidente da assembleia geral a Johanesburgo, com esse fim. Novo apelo foi também feito à população para que se inscrevesse no Grémio. Um mês depois, a 12 de Outubro de 1932, as principais casas comerciais concordaram com o pedido do Grémio, no sentido de beneficiar os sócios deste com um desconto de 15% nas compras nelas efectuadas. Os estatutos, que haviam sido elaborados e aprovados em assembleia geral na sessão de 5 de Julho, nas instalações do Grémio Náutico, foram aprovados oficialmente a 23 de Julho de 1932, pela Portaria Provincial 1:723.

### III. INSTALAÇÕES

A primeira estação emissora foi construída por Augusto Gonçalves e A.J.Moraes, e era apenas de 30Kw. Logo no início do ano de 1933 tiveram lugar uma série de experiências com a nova estação e a 4 de Março ela foi julgada excelente, o que possibilitou a marcação do dia da sua inauguração. Durante essas experiências tinha sido possível atingir diversos pontos

da colónia e regiões da África do Sul.

Sem grandes recursos, a estação fazia chegar timidamente junto dos sedentos ouvintes de Lourenço Marques, duas vezes por semana, diferentes concertos musicais, de discos emprestados pelas principais casas da Rua Araújo, como por exemplo o Casino Bello's. Durante os intervalos entre as peças orquestrais, iam para o ar as últimas notícias, cedidas com a devida cortesia pelo "Notícias" e pelo "Guardian", assim como o boletim de câmbios e pequenos reclames de casas comerciais. As emissões eram às quintas-feiras e domingos, das 20 horas às 21 horas e 30 minutos.

Esta pequena estação emissora, localizada no segundo andar do prédio Já Assam, na Avenida da República (onde se localiza hoje a Farmácia Nazareth), foi inaugurada pelo governador geral José Cabral, na presença do presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques, Ariano Mendes Serra, também presidente da direcção do Grémio dos Radiofilos, de várias entidades oficiais e de representantes dos organismos económicos e da imprensa lourenço-marquina. Foram seus locutores iniciais Mário Souteiro e Jorge Belo.

A população abrangida pela estação era, nessa altura, bastante reduzida. Os escassos aparelhos existentes orientavam-se para as estações sul-africanas, europeias e norte-americanas, que tentavam captar ao crepúsculo. Todavia, já em Abril de 1933, o jornal "Notícias" acusava a recepção de cartas provenientes da América do Norte (Chicago), que assinalavam a existência de ouvintes que haviam captado a estação lourenço-marquina, tendo acontecido o mesmo em relação a Durban. Nesta sequência, a Radio Anouncer da África do Sul pediu ao Grémio a inserção dos programas da estação na sua revista e, a 15 de Abril de 1933, a secção de publicidade dos CFLM começou com propaganda do porto em língua inglesa, através dos microfones do posto.

Para tornar a audição extensível a todo o público, a direcção do Grémio instalou na Praça 7 de Março, no "kiosk" Sideris, postos receptores através dos quais todos podiam ouvir os concertos musicais e os noticiários. A Praça 7 de Março era então o ponto de encontro para onde convergiam amigos, negociantes, desportistas. Um lugar que "eliminava as canseiras do dia e despertava vida com o verde que a circundava". A data que conferia o nome à Praça simbolizava o dia 7 de Março de 1876, quando desembarcara em Lourenço Marques a 1ª expedição de engenheiros portugueses das obras públicas, nomeada pelo ministro da marinha e ultramar Andrade Corvo, para o plano de execução do traçado de várias artérias da cidade. Es

ta expedição teve como chefe o então major de engenharia Joaquim José Machado, que deu inicio àqueles trabalhos no ano seguinte, com a secagem do grande pântano que circundava a zona da baixa actual<sup>1</sup>. Empedrada à portuguesa, "ao gosto de Lisboa", era na Praça 7 de Março que se fazia a política local, e tinha tanta fama em Lisboa a sua rebeldia que quando se queria saber o que se pensava em Moçambique se perguntava o que se dizia na Praça 7 de Março<sup>2</sup>. Ela era, pois, o forum da cidade, um forum colonial para gente de fato branco encalorado que animava, sequiosa, as esplanadas da praça e as cervejarias vizinhas. Nela se encontravam as coordenadas da vida urbana<sup>3</sup>.

Em 1934, o Grémio começou a deparar-se com dificuldades evidentes. Havia nessa altura cerca de 600 possuidores de aparelhos e desses, uma parte bem menor era sócia do Grémio. As receitas deste vinham declinando sensivelmente, o que dificultava não só a manutenção da estação como a perspectiva de aquisição de mais uma emissora. Esta primeira crise foi toda via parcialmente vencida pela abnegação dos dirigentes do Grémio, com o apoio das direcções dos Portos e Caminhos de Ferro e da Câmara Municipal, assim como dos ouvintes que, apesar de terem aparelhos de rádio, não se tinham ainda inscrito como sócios. A 5 de Dezembro de 1934 a estação começou a difundir música escolhida em programa que iniciava às 12 horas e encerrava às 13. Simultaneamente, começou-se a pensar na compra de um novo posto emissor de potência média, um "Collins" de fabrico americano, que poderia fazer a cobertura de extensas zonas de Moçambique que se mantinham alheias à realidade da actividade de radiofusão. O custo do posto era estimado em cerca de 300 libras. Escreveu-se à firma fornecedora a pedir detalhes técnicos e cotações. Ele seria fornecido completo e, em princípio, possibilitaria uma margem de regulação de ondas de modo a poder fazer a cobertura de todas as faixas do território.

Para o fim da aquisição, reuniu-se em 15 de Fevereiro de 1935 a assembleia geral, que deliberou sobre as providências mais urgentes a adoptar, tendo em vista a encomenda do novo posto. A 8 de Junho de 1935 o posto é expedido. Depois de aturadas sessões experimentais, ele foi inaugurado a 8 de Setembro de 1935, novamente pelo então governador José Cabral. O Grémio admitiu, nesse ano de 1935, o seu primeiro empregado. Até aí toda a colaboração tinha sido proveniente do esforço de entusiastas.

As novas emissões passaram a ser feitas 6 vezes por semana, contra as 2 vezes que a primeira estação radiofundia.

Isto equivale a dizer que o Grémio passou a radiofundir dois programas por dia: o programa da manhã, com a duração de uma hora, e o da noite, entre as 19 e as 22.15 horas.

Um ano depois começou a ser vendida a rifa da rádio por todo o território da colónia, e começaram a ser abertas novas delegações em diferentes pontos. As receitas obtidas foram-se juntando às contribuições dos sócios, às subvenções do Estado e às receitas obtidas com o reclame das casas comerciais e eram, "grosso modo", canalizadas para melhoramento e alargamento das estações emissoras, para o aumento do seu peso, para a contratação de alguns músicos da metrópole e para a criação de uma discoteca, para onde deveriam convergir as últimas novidades em disco, também adquiridas por este meio.

Em Março de 1937 chega uma nova estação para trabalhar em simultâneo com a adquirida em 1935. A sua inauguração foi feita em 28 de Março desse mesmo ano pelo governador interino José Nicolau Nunes de Oliveira, que vinha acompanhando o esforço de melhoramento da radiofusão em Lourenço Marques. A nova estação garantiria que as emissões se mantivessem ininterruptas, pois substituiria a outra em caso de avaria.

Na reunião de 15 de Julho de 1937, convocada pela assembleia geral, foi deliberada a substituição da designação de Grémio pela de Rádio Clube, assim como a alteração dos estatutos. A 1 de Agosto o Grémio apresentou, perante o governador geral e outros convidados, o seu primeiro agrupamento musical constituído por 5 elementos. Este agrupamento resultou da contratação de músicos da metrópole, que muito rapidamente influenciaram as pequenas orquestras locais. Um ano depois, a 23 de Abril de 1938, o Grémio alterou o seu nome, finalmente, para Rádio Clube de Moçambique, embora já existisse desde 19 de Janeiro um decreto, o nº 3:288, que outorgava a alteração da designação. Os estatutos, parcialmente alterados por aquele mesmo decreto, foram aprovados pela Portaria Provincial nº 6:784, de 1 de Fevereiro de 1947.

Após a alteração do seu nome, o Rádio Clube fez a sua primeira grande reportagem de exterior em Agosto de 1939, por ocasião da visita do presidente português Fragoso Carmona a Moçambique. Todas as sessões de gala foram transmitidas aos rádio-ouvintes através dos microfones do Rádio Clube.

Os serviços de locução, que vinham sendo feitos gratuitamente por sócios dedicados, passaram a ser feitos por pessoal remunerado. Um para a língua portuguesa e uma locutora para a língua inglesa. Em 1937 os serviços da rádio foram largamente elogiados pelo papel desempenhado quando das cheias dos rios Incomati e Umbeluzi, em Fevereiro. Dando notícias,

fazendo apelos, transmitindo comunicados e, até, guiando as autoridades aos locais onde se encontravam pessoas em perigo, desempenharam, de facto, um importante papel.

Em 1938, o Rádio Clube de Moçambique transmitia 4 emissões diárias, com duas estações a trabalhar simultaneamente. Estas duas estações localizavam-se, uma no Prédio Já Assam e outra na Rua Araújo. A Rua Araújo era "(...) uma diurna Rua, discreta e sossegada, com escritórios tranquilos de poderosas companhias, importantes firmas estrangeiras de importação, trânsito e armazenagem, predominando prédios comerciais de dois ou três pisos, com varandas armadas em ferro"<sup>4</sup>. Com a descoberta das minas de ouro no Rand e a construção da linha férrea para o Transvaal, Lourenço Marques foi invadida por gente exótica e estranha, trazida pelo sonho da aventura. Vieram sírios, libaneses, italianos, ingleses, gregos, judeus e outros de nacionalidades obscuras, vieram mulheres do Natal, Johannesburgo e Pretória, cançonetistas, dançarinos, prostitutas, criaturas abandonadas e belas<sup>5</sup>. Foi pela década de 30 que apareceram na Rua Araújo, interdita aos carros, as "taxi-girls" então na moda em Johannesburgo, de onde veio também, depois da última guerra, a vaga de "night-clubs", "cabarets" e "dancings".

Os novos estúdios da Rua Araújo achavam-se num andar de um edifício alugado a uma firma desde Março de 1939, e a sua transferência do prédio Já Assam presume-se que tenha sido devida ao aumento considerável dos serviços e à constituição de novas orquestras, pelo que não restava espaço suficientemente grande nas antigas instalações para se poder dispôr de salas de audição, além de outras dependências de enquadramento. A restante maquinaria que se encontrava no prédio Já Assam estava também nessa altura prestes a ser transferida para a Matola, onde se projectava a instalação de uma nova emissora de 10Uws, cujo contrato de instalação se achava feito com a casa alemã Siemens. Diligenciara-se junto do ministro das colónias, Francisco Vieira Machado, para que fossem anuladas as taxas referentes à importação deste emissor que deveria ser instalado a uma distância de, pelo menos, 10km fora da cidade, para evitar interferências nos seus serviços de recepção de outras emissoras de ondas curtas.

O Rádio Clube havia adquirido o terreno da Matola em hasta pública, e em Abril de 1939 chegaram no "Winduk", vapor alemão, as torres para a referida estação. Foram montadas em 20 dias, num sistema que permitiria a difusão para a metrópole. Havia, entretanto, uma ligação por via aérea e subterrânea às emissoras que se encontravam no prédio Já Assam e aos

estúdios da Rua Araújo. Com a instalação desta estação emissora cresceram grandemente os lucros do Estado concernentes às taxas sobre os aparelhos de rádio. Mas se em Lourenço Marques já se podia captar com êxito a emissão, o mesmo continuava a não acontecer em relação a muitos outros pontos de Moçambique, devido à configuração geográfica do território.

A estação da Matola começou as suas experiências de ligação à metrópole em 14 de Dezembro de 1939, com sucesso. A 19 de Janeiro de 1940 aquelas experiências eram julgadas satisfatórias e procedeu-se à recepção das instalações, que ficou registada em auto.

O conflito mundial que movimentou quase metade dos países europeus provocou, a partir dos últimos meses de 1939, a paralização das receitas associativas, e um grande decréscimo das receitas do Rádio Clube de Moçambique: As possibilidades da rifa haviam diminuído, uma vez que os territórios estrangeiros vizinhos, onde nos anos anteriores se havia colocado cerca de metade dos bilhetes, orientavam as suas capacidades financeiras para o esforço da guerra, alheando-se completamente da competição do Rádio Clube. Este e outros factores trouxeram a crise, que se alastrou por um período de 4 anos. Nas sessões de 9 de Dezembro de 1939 e 27 de Maio de 1940, a direcção achou por bem reduzir as orquestras, abolir subsídios a serviços autónomos e fazer cessar um dos períodos de emissão, o programa da tarde, que ia para o ar das 16.30 às 18 horas. Tornava-se necessário reduzir os custos ao mínimo, acabar com todas as despesas supérfluas. Uma vez mais se recorreu às cotizações, subsídios estatais e apoio da Câmara Municipal e da direcção dos serviços do porto de caminhos de ferro.

No biénio de 1946-1947, um dos maiores problemas colocados à direcção do Rádio Clube era a necessidade de se dispôr de instalações apropriadas para os serviços técnicos, que cresciam em progressão geométrica. A falta de estúdios amplos com condições técnicas indispensáveis estava na origem das dificuldades de aperfeiçoamento e maior frequência dos programas ao vivo e outros. A Rádio necessitava, em suma, de um edifício apropriado. Já em 1938 essa ideia havia conhecido a sua primeira forma e tinha, até, sido submetida à aprovação da assembleia geral. Na sua sessão de 24 de Outubro, a Câmara Municipal de Lourenço Marques concedera ao Rádio Clube o terreno necessário para a construção daquilo a que se chamaría o "Palácio da Rádio". A comissão nomeada pelo Rádio para este efeito começou as suas actividades em Fevereiro desse ano e a Câmara fez inscrever no seu orçamento de 1939 um sub-

sídio de 600 contos destinados à Rádio, para a compra do referido terreno. Elaborou-se um projecto e plano, que foram aprovados em 1947. As receitas até aí existentes foram acrescidas às da "campanha da pedra", destinada à angariação de fundos para a construção do edifício. Em 1949, no Largo Serpa Pinto, iniciou-se a construção da sede e estúdios do Rádio Clube de Moçambique, onde ainda hoje funciona a Rádio Moçambique. Esta instalação devia compor-se de dois corpos principais, um com 4 andares e outro com 3, tendo a separa-los uma torre com a altura aproximada de 8 andares. Os serviços administrativos e de contabilidade, o estúdio para grandes orquestras com capacidade de assistência de 300 pessoas, o botequim, depósito de materiais, máquinas de ar condicionado, arrecadações e outras dependências, situar-se-iam no rés-do-chão e outros andares, que albergariam também os estúdios, com diferentes capacidades e características, ajustados a cada tipo de emissão. Haveria ainda um depósito de discos e diversos compartimentos destinados à instalação da central técnica, aparelhagem auxiliar, etc.

A rápida construção permitiu que, a 22 de Setembro de 1951, a apesar de se estar ainda longe da sua conclusão, se iniciassem os trabalhos de transferência das instalações da Rua Araújo para o novo edifício, a partir do qual, a 24 de Setembro do mesmo ano, se iniciaram as emissões. A 30 de Setembro já se encontrava na nova sede todo o equipamento.

Paralelamente a esta obra, iniciou-se em 1949 a urbanização da Vila da Rádio na Matola e encomendou-se material para a construção de um emissor de onda média com a potência de 10Uws. Instalou-se também um novo emissor de 7,5kws, que começou a trabalhar a 9 de Abril de 1949, e dotou-se o centro emissor com um novo gerador de 250kws.

Dada a necessidade de se aumentar a potência do equipamento emissor, adquiriu-se em 1950, à Brown Boveri, um eficiente emissor de 100kws. Esta estação tornou possível a transmissão de reportagens mais aperfeiçoadas. Como consequência da operação do emissor de 100kws, o Rádio Clube instalou na Matola um novo grupo gerador de alta potência. A aquisição do novo emissor tornou necessária a ampliação do centro emissor, a instalação de uma nova ponte rolante, a construção de novos depósitos de combustível e novos sistemas de arrefecimento. O novo gerador começou a trabalhar em Abril de 1954.

No início de 1958 chegou outro transmissor de Angola que fora para Luanda apoiar os serviços de radiofusão. Com ele o Rádio Clube de Moçambique ficou dotado de capacidade para transmitir simultaneamente, em separado, 4 emissões (o Pro-

grama A em português, o B em africander e inglês, um em língua francesa para o Congo-Belga e um último em língua ronga). Foram ainda montadas 6 torres para suportarem uma pesada antena do emissor de 100kws. Ainda na Matola, foi levada a cabo com êxito, em 1959, a fase final dos trabalhos para aproveitamento próprio de água, de que se haviam feito sondagens em 1958. Construiu-se um depósito de grande capacidade, correspondendo às exigências do consumo, e um sistema de canalizações para levar água às casas do pessoal, aos tanques de refrigeração dos geradores, às regas, etc. Construiu-se também um armazém para guarda de materiais, que até aí não tinham acomodação própria. No edifício da sede inaugurou-se, a 1 de Setembro de 1960, o centro de gravações e montagens, que era dotado de 6 máquinas de reprodução. Neste centro estava também o pêndulo de precisão que comanda electricamente todos os relógios do edifício, e ainda todo o equipamento de comando à distância, sistema de programação automática e de controle de programas. O edifício ficou, assim, dotado de um conjunto de relógios de comando eléctrico, que recebia impulsos do Observatório Campos Rodrigues, assegurando assim a transmissão da hora certa.

Em 1961 foram instalados geradores de emergência. No ano de 1962, por ocasião do seu 31º aniversário, a rádio transmitiu um extenso programa sem interrupções, que durou até à meia-noite. Era já preocupação da direcção o propósito de levar gradualmente as emissões a ocuparem o dia inteiro. A 15 de Dezembro de 1962 a estação "C" iniciou as suas actividades. Em Fevereiro de 1963 a emissão ocupava todo o dia. Daí até 1973 foram montados mais estúdios, cada um com fins determinados. O equipamento técnico foi gradualmente completoado, à medida das exigências das transmissões.

#### IV. DESDOBRAMENTOS

Um dos fins do Rádio Clube de Moçambique era manter, na Província, um serviço eficiente de radiofusão. Para tornar possível essa eficiência, e conforme consignava o artigo 2º do 1º capítulo dos seus estatutos, o Rádio Clube de Moçambique começou em 1953 a instalação de emissores regionais. O empreendimento contava com o apoio total do Estado e visava, particularmente, colocar à disposição do governo e autoridades locais um meio de difusão de notícias, ordens ou instruções que ultrapassassem em eficiência e rapidez os meios de comunicação normais. Foram considerados como prioritários os distritos do Norte. As independências do Gana de Kwame Nkrumah

mah, precursor do pan-africanismo, em 1957, da Tanzânia em 1961, da Zâmbia e Malawi em 1964, do Congo de Lumumba em 1960, do Botswana de Seretse Kama em 1966, constituíam desestabilização directa ou indirecta do governo colonial português, disposto a fomentar a perpetuação do tribalismo como forma de impedir a formação de um sentimento nacionalista. Aquelas independências constituíam uma chamada à intensificação das lutas de libertação dos países africanos colonizados. Durante esta fase era subversivo sintonizar estações emissoras dos países que já se haviam libertado do jugo colonial, procurando-se impôr como alternativa as emissões regionais. A criação destas obedeceu ao seguinte calendário:

- 19 de Novembro de 1953, inauguração do Emissor Regional do Norte, com sede em Nampula, de pequeno alcance. A 28 de Maio foi inaugurado o primeiro transmissor de ondas curtas, de maior alcance. Começou com duas emissões diárias.
- 3 de Setembro de 1958, inauguração oficial do Emissor Regional da Zambézia, em Quelimane, com as mesmas características do de Nampula. Em 20 de Abril de 1960 foi posto a funcionar em regime experimental.
- 1 de Outubro de 1970, entra em funcionamento o complexo emissor Beira/Dondo.
- 29 de Outubro de 1972, o ministro do ultramar, Silva Cunha, inaugura o Emissor Regional de Tete. O seu quadro inicial era o seguinte: gerente, Américo de Carvalho; locutores, Teresa Mendonça, São Passos, Gulamo Khan e Santos Martins.
- 12 de Dezembro de 1972, Pimentel Pereira dos Santos, governador geral, inaugura o Emissor Regional de Vila Cabral, semelhante ao de Tete.

Ficou assim completada a rede de emissores regionais dos distritos do Norte. Ao sul do Save, inaugurou-se o Emissor Regional de Inhambane, em 23 de Novembro de 1973.

O Aero-Clube da Beira foi a segunda emissora de Moçambique, inaugurada a 9 de Setembro de 1938. Encontrava-se instalado na parte central da cidade da Beira, na Praça Gago Coutinho, e as suas emissões alimentavam praticamente toda a Província, a Rodésia e a África do Sul. Independente do Rádio Clube de Moçambique, geria-se pelos seus próprios meios. Em 5 de Janeiro de 1956, Jorge Pereira Jardim, então presidente do Aero-Clube da Beira, e António Figueiredo, presidente da direcção do Rádio Clube de Moçambique, assinaram, no gabine-

te do governador geral, um acordo que possibilitou a conjugação das actividades das duas instituições. Passou a designação do Aero-Clube da Beira a ser precedida de "Rádio Moçambique". Na sequência deste acordo, o Rádio Clube de Moçambique passou a investir na manutenção e alargamento da estação emissora da Beira, processo que se iniciou com o fornecimento de equipamento completo de centro emissor e estúdios, em 1957.

Na Beira funcionava também a emissora Rádio Pax, pertencente aos Padres Franciscanos. Foi inaugurada em 4 de Outubro de 1954 pelo governador do distrito de Manica e Sofala, Sousa Teles, na presença do bispo da Beira, Sebastião Soares de Resende, e funcionava no edifício da Escola de Artes e Ofícios da Beira. Era uma emissora católica que transmitia em português, excepto o programa "Voz de África", transmitido em sena, changana e xitswa.

## V. DA "HORA NATIVA" À "VOZ DE MOÇAMBIQUE": OUTRAS PROGRAMAÇÕES

Em 1945 o Rádio Clube de Moçambique organizou um concurso de marchas populares que movimentou os principais bairros de Lourenço Marques, numa "festa popular" inédita até antão. Nessas marchas populares desfilaram os bairros de Malhangalene, S.José de Lhanguene, Polana, Carreira de Tiro, Alto Maé e Baixa. A organização do programa esteve a cargo dos serviços de produção, e todas as emissoras o transmitiram. A "marcha popular" da Malhangalene abriu o concurso, a 19 de Novembro de 1945, seguindo-se as dos bairros restantes, todas as sextas-feiras, conforme determinava o programa.

Mais tarde, em 1955, teriam sido os "primeiros contactos" da rádio com a música negra, quando foi criado um programa, embora experimental, constituído por música e canto do "folclore negro". No ano seguinte foi criado outro programa, embora não regular, que veio a dar origem à "Hora Nativa". O seu quadro orgânico era composto por um programador, um locutor, um tradutor e um consultor de "assuntos indígenas".

Em 6 de Abril de 1958 foi introduzida a "Hora Nativa", primeiro programa inteiramente transmitido em língua não-portuguesa. Ia para o ar aos domingos, das 18 às 21 horas. A sua criação prendia-se a objectivos de índole recreativa, educativa e informativa, e procurava inspirar-se no "folclore moçambicano" através das suas expressões musicais, fabulário e novela. Um ano depois, a 12 de Julho de 1959, o Rádio Clube de Moçambique tornou extensiva ao norte da colónia a "Hora Nativa". Conseguia assim alargar a clientela receptora, trans-

formando o "nativo" num óptimo consumidor. A "Hora Nativa" di-  
vulgava música e temas portugueses, música moçambicana e no-  
ticiários de interesse geral, contos, palestras e um tema de  
carácter religioso, especialmente preparado. As horas deste  
programa foram sendo aumentadas à medida da conveniência, es-  
tipulada pelo próprio Rádio Clube de Moçambique. Mais tarde,  
este programa foi confiado pelo governo geral à 3ª Divisão  
dos Serviços de Acção Educativa e Cultural, que alterou o seu  
nome para "Voz de Moçambique". A partir de 12 de Julho de  
1959, ele foi alargado aos outros emissores regionais, segun-  
do a seguinte tabela linguística:

- Ronga e Xangana: A emissão nestes idiomas centrava-se fun-  
damentalmente em Gaza e Inhambane, Suazilândia e largas áreas  
da região fronteiriça da África do Sul.
- Xi-sena: Destinada à Beira, em ondas médias, e Vila Pery,  
em ondas curtas. Era escutada também pelas populações ribei-  
rinhos do Zambeze e dos distritos da Zambézia e Tete. Visava  
também a etnia Chengwe de Inhambane.
- Xi-nhungué: Destinada a grande parte do distrito de Tete.
- Kijaua: Dirigida às populações ajauas do Niassa e certas  
zonas adjacentes além-fronteiras.
- Xi-nianja: Destinava-se a outra área do distrito de Nias-  
sa, dessa fala, e era largamente escutada nas regiões fron-  
teiriças do Malawi. Ouvia-se razoavelmente bem em Tete.
- Ki-swahili: A transmissão neste idioma destinava-se às po-  
pulações dos distritos do norte que falam esta língua. Tinha  
larga audiência na Tanzânia e, até, no Quénia. A transmissão  
era feita a partir da Beira, por um emissor de 100kw, e ti-  
nha a duração inicial de 3 horas.
- Ki-maconde: Transmitia para a região habitada pela etnia  
maconde. Tinha também ouvintes na Tanzânia.
- E-macua: Com audição em Nampula e parte do Niassa e Cabo  
Delgado.
- Xi-Chuabo: Abrangendo toda a região de Quelimane e parte  
da Zambézia.

Os programas iniciais tinham duração inferior a 1 hora,  
mas mais tarde o tempo de emissão foi alargado, passando a se-  
rem integrados noticiários nacionais e internacionais e ou-  
tros temas de interesse diverso. Com a "Voz de Moçambique", a  
rádio desempenhava claramente o seu papel, ao serviço do re-  
gime colonial.

\* \* \*

A fachada da Casa da Rádio, em Maputo, ostenta ainda hoje dois painéis em baixo-relevo, executados pelo escultor António Duarte em 1955, no âmbito de um programa de embelezamento da sede com obras de arte. Eles representam, um, a rádio sonora, com os seus elementos de recreação e cultura, música e canto, representando a mão no ouvido a captação do som. O outro painel versa a rádio e televisão, com uma figura com a mão em pala sobre os olhos, simbolizando a visão, e dois outros elementos artísticos, o teatro e o bailado.

#### NOTAS

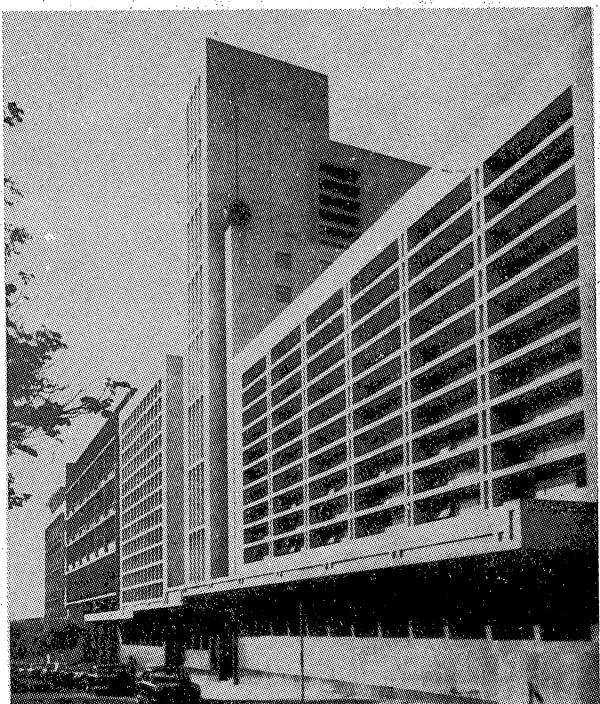
<sup>1</sup>Pinto, Frederico da Silva, Roteiro histórico biográfico da cidade de Lourenço Marques, 1965, p.180.

<sup>2</sup>Lobato, Alexandre, Lourenço Marques - Xilunguine. Biografia da cidade, Lisboa, 1970, pp.35-36.

<sup>3</sup>Lobato, Alexandre, op.cit., p.39.

<sup>4</sup>Lobato, Alexandre, op.cit., p.138.

<sup>5</sup>Lobato, Alexandre, op.cit., pp.138-139.



Fachada do edifício da Rádio Moçambique.

## ACERVO

### RECOLHIMENTO

No decurso de 1987, deram entrada nos depósitos de armazenamento do Arquivo Histórico de Moçambique documentos provenientes das seguintes instituições:

- \*Comissão Nacional do Plano
- \*Departamento de Geologia da U.E.M.
- \*Direcção Nacional das Prisões
- \*Instituto de Investigação Pesqueira
- \*Ministério do Interior
- \*Secretaria de Estado de Educação Física e Desportos
- \*Tribunal da Cidade de Maputo

### DOCUMENTAÇÃO IDENTIFICADA

O trabalho interno de identificação das séries documentais concentrou-se, durante o ano de 1987, nos seguintes fundos:

#### 1) Direcção dos Serviços de Administração Civil

##### Série Administração

ASSUNTOS	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Agremiações regionais, de recreio, defesa, desporto e estudo.....	1905 1976	65
Álcool e bebidas destiladas e fermentadas - Estupefacientes.....	1900 1962	3
Áreas, limites, cartas, esboços topográficos e itinerários.....	1901 1975	8
Armas, caça, munições e explosivos....	1903 1974	20
Assistência e beneficência pública....	1913 1971	17
Assuntos municipais e dos seus organismos autónomos.....	1899 1976	187
Autoridades tradicionais.....	1962 1974	1
Autos e processos administrativos.....	1901 1975	7
Calamidades, sinistros, cataclismos e salvação pública.....	1901 1975	2

ASSUNTOS (Continuação)	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Cidadania.....	1901 1975	2
Cemitérios.....	1891 1936	1
Conflitos de jurisprudência e competência.....	1900 1903	1
Convenções e acordos internacionais.....	1908 1974	1
Corpo consular.....	1901 1974	33
Diversos.....	1893 1976	761

### 2) Administração do Concelho de Marracuene

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1916 1974	87
Trabalho e Acção Social.....	1927 1974	111
Fazenda.....	1951 1974	45
Fomento.....	1926 1975	55
Educação e Cultos.....	1918 1973	7
Justiça.....	1927 1973	59
Militar.....	1941 1974	11
Orçamento e Contas.....	1947 1974	40
Pessoal.....	1926 1972	22
Registo Civil.....	1951 1968	8
Tombo e Carga.....	1941 1974	3
Tribunais Indígenas.....	1929 1961	22
Livros de Registo.....	1908 1971	30
Registros Diversos.....	1927 1975	244

### 3) Administração do Concelho de Magude

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1929 1974	9
Trabalho e Acção Social.....	1938 1974	127
Fazenda.....	1943 1966	6
Fomento.....	1943 1970	14
Educação e Cultos.....	1940 1950	1
Justiça.....	1943 1950	2
Militar.....	1941 1971	5
Orçamento e Contas.....	1942 1972	11
Pessoal.....	1943 1970	3

SÉRIES (Continuação)	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Registo Civil.....	1943 1971	3
Tombo e Carga.....	1943 1967	3
Tribunais Indígenas.....	1905 1950	3
Registros Diversos.....	1898 1974	145

4) A. Administração do Concelho de Maputo (Bela-Vista)

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1935 1973	28
Trabalho e Acção Social.....	1935 1966	28
Fazenda.....	1936 1964	18
Fomento.....	1931 1974	30
Educação e Cultos.....	1936 1960	2
Justiça.....	1938 1964	4
Militar.....	1934 1964	5
Orçamento e Contas.....	1935 1968	11
Pessoal.....	1936 1966	13
Registo Civil.....	1937 1950	3
Tombo e Carga.....	1939 1957	4
Tribunais Indígenas.....	1933 1950	5
Registros Diversos.....	1935 1974	71

B. Posto Administrativo de Catuane

SÉRIES	DATAS-LIMITE	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1941 1969	5
Trabalho e Acção Social.....	1941 1969	3
Fazenda.....	1939 1974	4
Fomento.....	1943 1971	7
Educação e Cultos.....	1955 1971	1
Justiça.....	1955 1968	2
Militar.....	1955 1968	1
Orçamento e Contas.....	1962 1968	1
Pessoal.....	1954 1958	1
Registo Civil.....	1957 1972	1
Tombo e Carga.....	1949 1964	1
Tribunais Indígenas.....	1955 1959	1
Registros Diversos.....	1904 1971	28

**C. Posto Administrativo da Manhoca**

SÉRIES	DATAS-LIMITES	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1941 1973	2
Trabalho e Acção Social.....	1945 1972	3
Fazenda.....	1959 1968	2
Fomento.....	1938 1974	1
Justiça.....	1962 1963	1
Pessoal.....	1962 1963	1
Registros Diversos.....	1917 1974	32

**5) Administração do Concelho da Manhiça**

SÉRIES	DATAS-LIMITES	Nº DE CAIXAS
Administração.....	1921 1974	81
Trabalho e Acção Social.....	1904 1976	136
Fazenda.....	1918 1972	42
Fomento.....	1912 1970	53
Educação e Cultos.....	1921 1970	5
Justiça.....	1921 1973	47
Militar.....	1904 1973	23
Orçamento e Contas.....	1924 1971	12
Pessoal.....	1927 1970	10
Registo Civil.....	1921 1970	14
Tombo e Carga.....	1941 1966	3
Tribunais Indígenas.....	1921 1960	10
Livros de Registo.....	1936 1976	9
Registros Diversos.....	1898 1974	139
Diversos.....	1896 1974	12

Foram também identificados e colocados em caixas os documentos pertencentes aos seguintes fundos:

Distrito de Cabo Delgado	Nº de Caixas
Administração do Concelho de Porto Amélia.....	1192
Administração do Concelho do Ibo.....	36
Administração da Circunscrição de Quissanga.....	397
Administração do Concelho de Montepuez.....	211
Administração da Circunscrição de Namuno.....	94
Administração da Circunscrição de Mecúfi.....	1

Posto Administrativo de Murrébuè.....	29
Posto Administrativo de Metuge.....	9
Posto Administrativo de Ancuabe.....	57
Posto Administrativo de Chiúre.....	95
Posto Administrativo de Ocua.....	99
Posto Administrativo de Bilibiza.....	4
Câmara Municipal de Mocímboa da Praia.....	16

Distrito de Tete Nº de Caixas

Administração do Concelho de Tete.....	15
Administração do Concelho de Angónia.....	16
Administração da Circunscrição de Fingoé.....	89
Documentos Avulsos.....	10

Distrito de Gaza Nº de Caixas

Administração do Concelho de Muchopes (Manjacaze)...	36
--	----

**MOVIMENTO DE CONSULTAS**

Pelo quadro abaixo, verifica-se o movimento de consultas em 1987. A primeira coluna de cada item significa o número de obras consultadas e a segunda o número de consulentes.

Meses	Biblioteca	Hemeroteca	Cartoteca	Arquivo		
JANEIRO.....	-	-	-	-	-	-
FEVEREIRO.....	106	62	93	61	-	-
MARÇO.....	222	98	131	45	-	-
ABRIL.....	177	59	167	26	-	-
MAIO.....	68	23	118	18	-	-
JUNHO.....	236	87	136	102	-	-
JULHO.....	171	35	103	20	-	-
AGOSTO.....	142	40	97	21	-	-
SETEMBRO.....	392	143	140	49	-	-
OUTUBRO.....	534	272	147	75	-	-
NOVEMBRO.....	240	117	91	54	-	-
DEZEMBRO.....	144	44	142	42	-	-
TOTAL	2432	980	1365	513	-	-
					330	78

## OFERTAS

Em 1987 recebemos ofertas de documentos diversos por parte das seguintes entidades e pessoas:

- \* National Archives of Zimbabwe
- \* Francisco A. Correia
- \* David Hedges
- \* Gerhard Liesegang
- \* José Capela
- \* Associação Alemã de Pesquisa Científica
- \* Joana Pereira Leite

Nota: Esta relação não inclui as instituições que nos enviaram publicações a título de depósito legal.

## NOTICIÁRIO

### ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Durante o primeiro e segundo semestres do ano de 1987 realizaram-se diversas acções de formação tendo em vista melhorar a qualidade dos serviços técnicos e administrativos do Arquivo Histórico de Moçambique. Dentro do AHM foi realizado o seguinte curso:

1. Curso de Capacitação para Transcritores-Tradutores Assistentes, com a duração de 3 meses. Este curso pretendeu seleccionar e capacitar candidatos com um nível de escolaridade de 9<sup>a</sup> classe para realizarem o conteúdo de trabalho desta categoria profissional do quadro do AHM. O curso foi estruturado em duas partes:

1<sup>a</sup> Parte: Introdução à Documentação e algumas normas para o tratamento de documentos sonoros.

2<sup>a</sup> Parte: A problemática das línguas Bantu faladas em Moçambique e algumas normas para a sua transcrição e tradução. Participaram no curso dois funcionários do AHM e 4 candidatos, tendo sido aprovado apenas um com boa média.

Com apoio de outras instituições de formação foram os seguintes os cursos frequentados:

2. Curso de Dactilografia, ministrado pelo Centro de Formação Profissional da Electrotecnia, Secretaria de Estado da Educação Técnico-Profissional, com uma duração de 10 meses. Participou uma funcionária do AHM que foi aprovada com média de Bom.
3. Curso de Contabilidade, também ministrado pelo Centro de Formação Profissional da Electrotecnia, Secretaria de Estado da Educação Técnico-Profissional, com uma duração de 10 meses. Participou um funcionário do AHM que foi aprovado com média de Bom.
4. Curso de Fotografia Básica, ministrado pelo Centro de Formação Fotográfica, com a duração de 9 meses. Participou um funcionário do AHM que foi aprovado com a categoria de Fotógrafo de 2<sup>a</sup> classe.

## PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS

Entre 22 e 27 de Junho de 1987 realizou-se em Lagos, na Nigéria, um encontro denominado "International Workshop on Oral Tradition and Oral History: Theory and Practice". Organizado pela Universidade de Lagos e outras instituições de pesquisa nigerianas, consistiu numa reunião de investigadores que se dedicam à recolha e análise de tradições orais e de história oral.

Este encontro reuniu historiadores, antropólogos, arqueólogos, estudiosos de literatura oral, técnicos de órgãos de informação e técnicos de museus e arquivos, tendo em vista alargar a discussão da problemática da utilização de fontes orais na investigação em ciências sociais.

Orientaram as discussões de carácter metodológico destacadadas personalidades ligadas à investigação da História Africana, nomeadamente os professores nigerianos Doutor E.J. Alagoa e Doutor Ade Adefuye, e o Professor Doutor Jan Vansina.

A Universidade Eduardo Mondlane, através do Arquivo Histórico de Moçambique, fez-se representar por Teresa Maria dos Santos Oliveira, que apresentou um trabalho intitulado "Collecting Oral Sources for the Mozambique History: National Archives Project" (A Recolha de Fontes Orais para a História de Moçambique: O Projecto do Arquivo Nacional).

## VISITAS

A convite do Arquivo Histórico de Moçambique, esteve em Maputo, de 19 a 31 de Janeiro de 1987, a senhora Dr. Danièle Neirinck. Foi enviada pelo Conselho Internacional de Arquivos para uma consultoria destinada a estudos preliminares sobre a construção de um edifício-sede para o Arquivo Nacional de Moçambique.

A partir de 11 de Fevereiro, e para uma estadia de 1 mês, esteve mais uma vez connosco a Doutora Ana Maria de Almeida Camargo, para em conjunto estudarmos e apresentarmos às estruturas superiores o Projecto de Implantação do Sistema Nacional de Arquivos e legislação correspondente.

Recebemos uma visita do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), através da Dr. Ana Mendonça, que não estando em Moçambique a convite do Arquivo Histórico, se prontificou todavia a estudar connosco a forma de divulgarmos as nossas publicações em Portugal.

Recebemos a visita de representantes da Universidade de Brasília para estudo das áreas de permuta bibliográfica e formação, com vista a uma possível cooperação.

Visitou-nos também o senhor James Armstrong, da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, para estudo de permuta bibliográfica.

Para uma consultoria sobre a organização da Fototeca Nacional, recebemos, de 15 a 18 de Agosto de 1987, o senhor Cesario Colombo, de Itália.

Recebemos a visita de uma missão da Fundação Calouste Gulbenkian, que veio a Maputo a convite da Universidade Eduardo Mondlane.

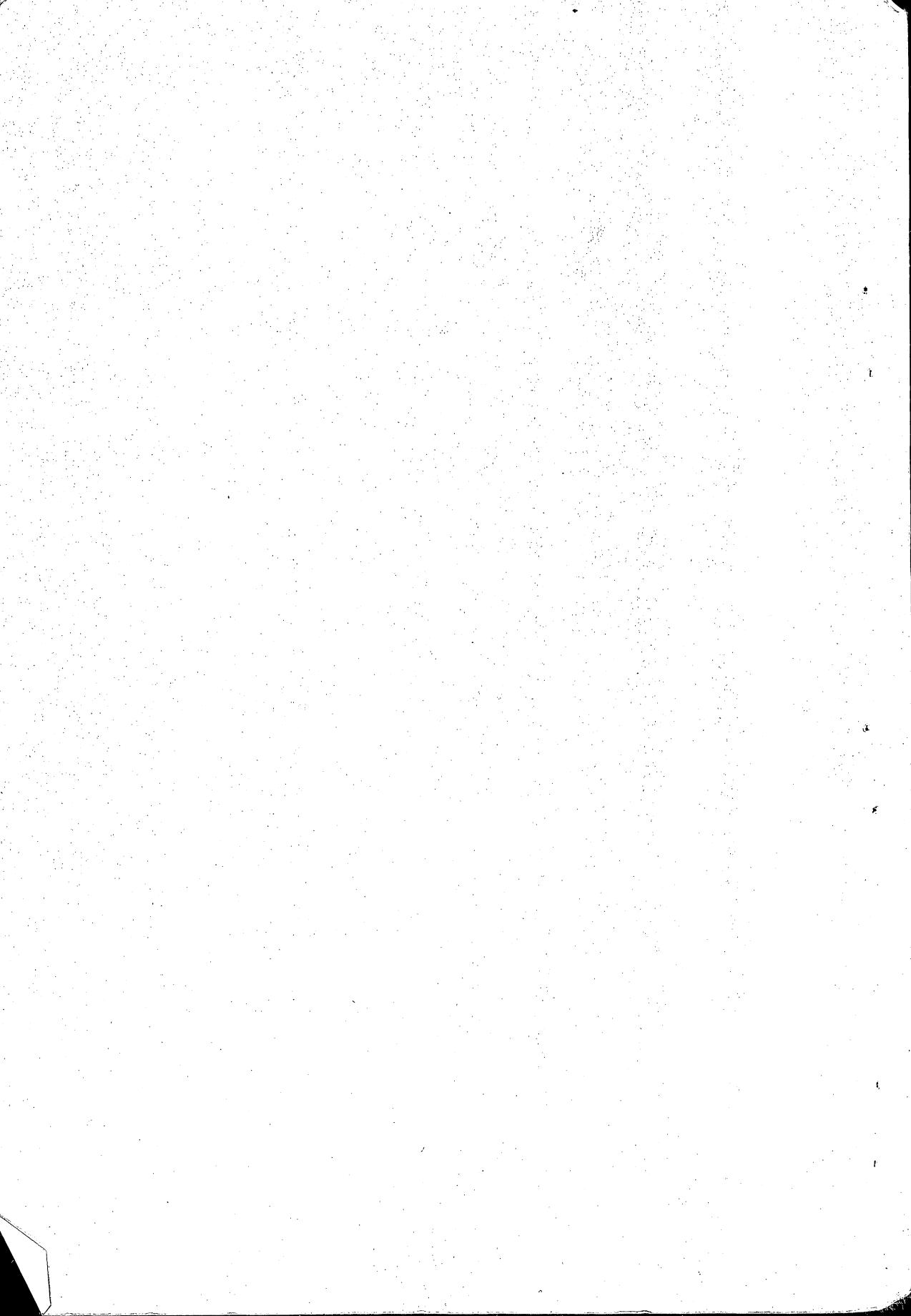
O Dr. Carlos Lopes, director do INEP da Guiné Bissau e ordenador da sub-comissão Ensino, Investigação, Formação de Quadros e Acção Cultural a nível dos "Cinco", visitou a nossa instituição.

Recebemos também a visita da Drª. Joana Pereira Leite em viagem de investigação para a sua tese de doutoramento, que na mesma data ofereceu ao Arquivo Histórico de Moçambique a documentação do Dr. Parcídio Costa e uma colecção de fotografias da exposição "Pescadores de Nacala".

Fomos ainda visitados pelas Drs. Merle Bowen e Ana Maria Gentili.

#### SAREC

No âmbito dos contactos normais de acompanhamento dos projectos do Arquivo Histórico de Moçambique financiados pela SAREC, recebemos a visita do senhor Per Arn Ströberg.



**Impresso na Divisão Gráfica  
da Universidade Eduardo Mondlane  
1988**

